

RN-ECONOMICO

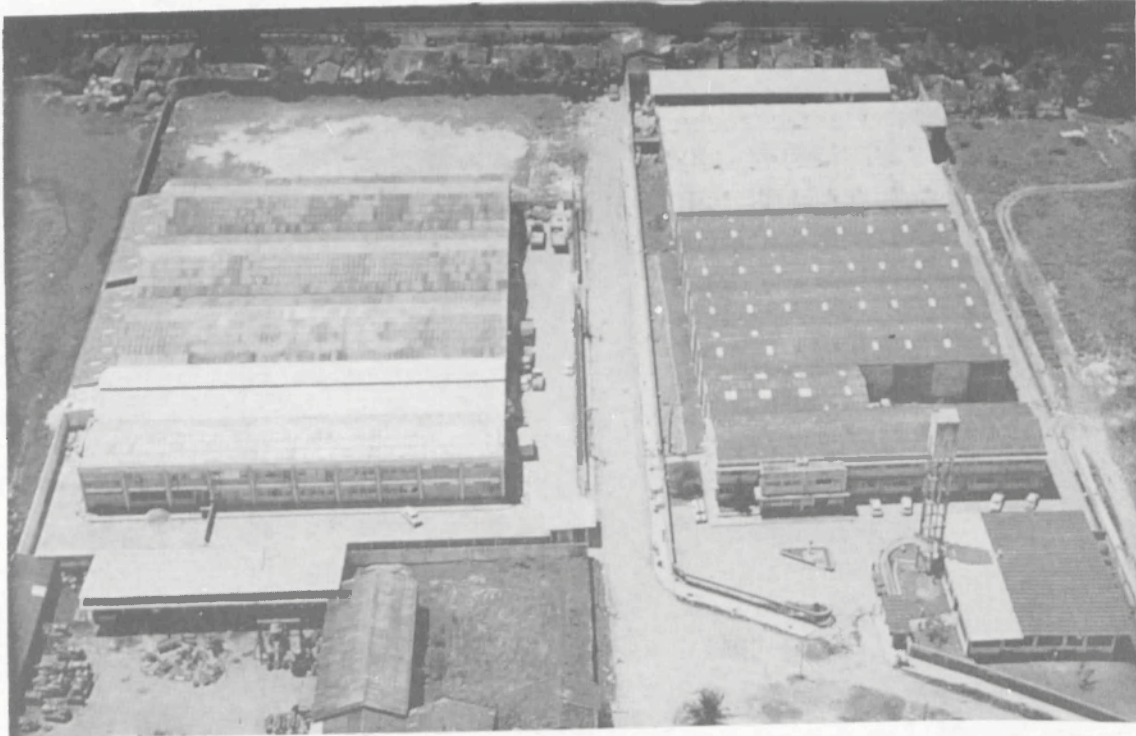
ANO VII - Nº 72 ABRIL/MAIO/76 - Cr\$ 10,00



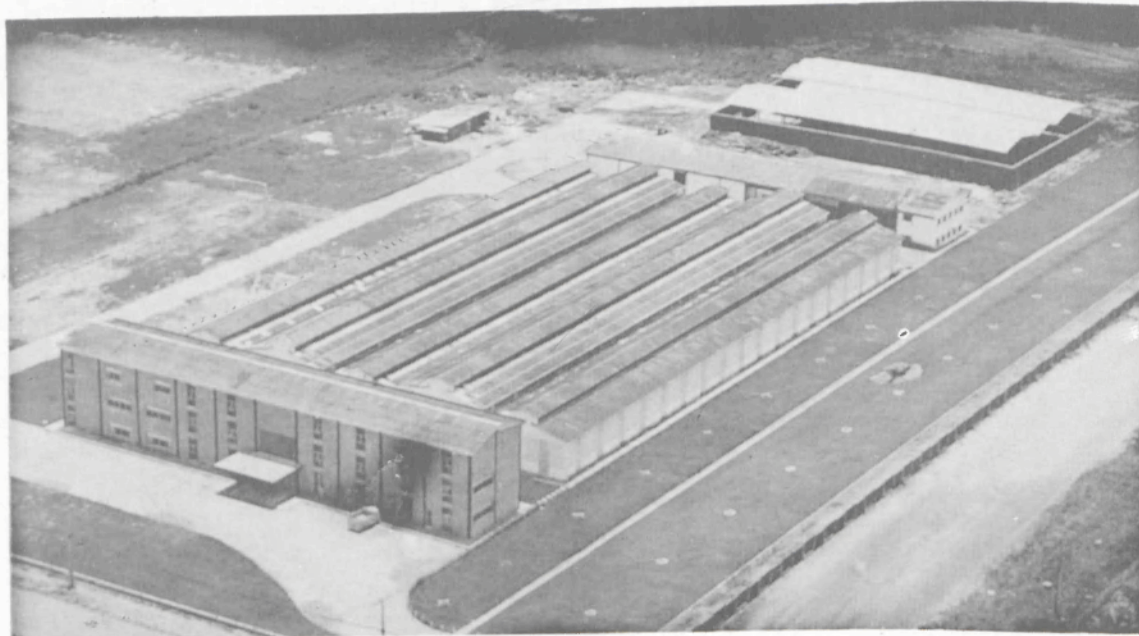
40F

Natal - Cidade de muitos problemas

FÁBRICA 2 - RECIFE/PERNAMBUCO



FÁBRICA 1 - JOÃO PESSOA/PARAIBA



SOCIO

A maior Empresa de refrigeração do Norte e Nordeste do Brasil e uma das maiores do País.
Suas obras realizadas são o maior atestado da qualidade e eficiência dos equipamentos que produz.

RN-ECONÔMICO
REVISTA MENSAL
PARA HOMENS DE NEGÓCIOS

Diretores-Editores

MARCOS AURÉLIO DE SA
 MARCELO FERNANDES DE OLIVEIRA

Gerente-Financeiro

NÚBIA FERNANDES DE OLIVEIRA

Gerente-Industrial

CRESO BARBALHO

Redator-Chefe

SEBASTIÃO CARVALHO

Redatores

GERSON LUIZ

MANOEL BARBOSA

Depto. de Arte

FORTUNATO GONÇALVES

ANDRÉA MARIA

Colaboradores

Alvamar Furtado

Benivaldo Azevedo

Cortez Pereira

Dalton Melo

Domingos Gomes de Lima

Epitácio de Andrade

Fernando Paiva

Genário Fonseca

Hélio Araujo

Hênio Melo

Joanilson P. Rego

João Wilson M. Melo

Jomar Alecrim

Luiz Carlos A. Galvão

Manoel Leão Filho

Moacyr Duarte

Ney Lopes de Souza

Nivaldo Monte

Otto de Brito Guerra

Severino Ramos de Brito

Túlio Fernandes Filho

Ubiratan Galvão

RN-ECONÔMICO revista mensal especializada em assuntos econômicos e financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade da Editora RN-ECONÔMICO Ltda. CGCMF 08423279/0001. Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal — RN. Telefones: 2-0706 e 2-4455. Impressa na Gráfica RN-ECONÔMICO. É permitida a reprodução total ou parcial de matérias, desde que seja citada a fonte. Preço do exemplar: — Cr\$ 10,00. Número atrasado: — Cr\$ 12,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 60,00. Assinatura para outros Estados: Cr\$ 75,00.

sumário

Reportagens

ADMINISTRAÇÃO

PO R QUE A PREFEITURA NÃO DESLANCHA?	6
FINANÇAS DA PREFEITURA AINDA ATRAVESSAM PERÍODO DE CRISE	7
PLANO DIRETOR CONTINUA APENAS UMA LEI SANCIONADA	10
OPOSIÇÃO APONTA PROBLEMAS QUE O PREFEITO PODE RESOLVER	14
FAVELAS — MAIS DE 10.000 CASEBRES AO REDOR DA CIDADE	17
FALTA DE OBRAS É JUSTIFICADA PELA FALTA DE RECURSOS	20
OS QUATRO PROJETOS QUE PODEM INICIAR O "DESLANCHE"	26

RECURSOS HUMANOS

PROFIED VAI FORMAR EXECUTIVOS DENTRO DE NOVO SISTEMA DIDÁTICO	31
---	----

EMPRESAS

INPASA IMPLANTA FÁBRICA DE CELULOSE E PRODUZIRÁ CONICAIS	34
--	----

MÃO DE OBRA

MOBRAL ABRE BALCÃO DE EMPREGOS COMPLETANDO ALFABETIZAÇÃO	38
--	----

COMÉRCIO

COMÉRCIO DE LIVROS CRESCE E CONCORRÊNCIA NÃO AFETA VENDAS	41
---	----

Secções

HOMENS & EMPRESA	3
PÁGINA DO EDITOR	4

AOS ASSINANTES

Conforme está melhor explicado na PÁGINA DO EDITOR, a revista RN—ECONÔMICO está passando por uma mudança estrutural. Por conta disto, e para que a nova fase comece observando a periodicidade desejada (e que tem faltado ultimamente por causa de fatores que igualmente são explicados) este N.º 72 circula correspondendo aos meses de Abril/Maio de 1976. Os nossos assinantes, no entanto, terão os seus contratos em vigor até um mês após a data estipulada para o seu término.

A Direção

HOMENS & EMPRESAS

BANORTE CONCEDE A 100ª CARTA DE CRÉDITO



A **BANORTE Crédito Imobiliário**, que tem trazido uma grande dinamização para o setor de financiamento de imóveis em Natal pondo em prática botações como a "carta de crédito" e o "condomínio habitacional", acaba de registrar uma marca importante: a concessão de 100ª finan-

ciamento através da carta de crédito, fórmula que desestimula a especulação. Na foto, o gerente de operações da **BANORTE**, **Álvaro Mendonça Júnior**, faz entrega ao coronel Freitas da 100ª carta de crédito, sob as vistas do gerente geral Francisco Cordeiro Bezerra.

RN—ECONÔMICO AGORA EMPRESA JORNALÍSTICA

Fundada uma nova empresa do grupo **RN—ECONÔMICO**: para se responsabilizar pela parte de editoria das revistas próprias ou publicações de terceiros (jornais de empresas, livros, folders, etc.) foi constituída a **RN—ECONÔMICO Empresa Jornalística Ltda.**, já instalada na Avenida Floriano Peixoto, 559. À sua frente ficará o diretor **Marcelo Fernandes de Oliveira**, enquanto o jornalista **Marcos Aurélio de Sá** permanece gerindo os negócios da indústria gráfica.

O objetivo da nova firma é garantir ao setor editorial de **RN—ECONÔMICO** a dinamização e o crescimento alcançados pelo setor gráfico do grupo.

EM JULHO A SERTANEJA INAUGURA 21ª LOJA

Será no dia 3 de julho a inauguração da 21ª loja **A Sertaneja**, do grupo **Radir Pereira & Cia.** Localizada na avenida Deodoro, esquina com rua Potengi, a loja terá cerca de 1.000 m² de área de exposições e será uma das mais bem instaladas da cidade.

NOVA EMBALAGEM DA MANTEIGA ILSASA

A **ILNSA** está se preparando para lançar a sua manteiga em nova embalagem, uma caixa especial de 500 gramas. O modelo da caixa já seguiu para Brasília, para aprovação pelo órgão competente do Ministério da Indústria e Comércio.

CERÂMICA SANTO CRISTO INVESTE EM MODERNIZAÇÃO

A **Cerâmica Santo Cristo**, hoje a maior indústria do ramo no Estado, está investindo mais Cr\$ 1,5 milhão na compra de máquinas modernas que vão permitir a duplicação da sua produção de tijolos e telhas. O engenheiro **Antônio Ferreira de Melo Neto**, diretor da empresa, obteve financiamentos do BDRN/Banco do Nordeste e comprou à indústria **Morando S/A** uma caixa alimentador, um laminador e uma maromba, equipamentos que serão entregues dentro de 30 dias. As vendas à **Cerâmica Santo Cristo** foram realizadas pela firma **Cesar S/A**, representante das máquinas no RN.

INAUGURAÇÃO DO DUCAL PALACE SERÁ EM OUTUBRO

A **Construtora Norberto Odebrecht** está cumprindo rigorosamente os cronogramas de serviço, nas obras do **Ducal Palace Hotel**, e por isto a inauguração do imponente hotel do grupo **UEB** ocorrerá, como estava previsto, em outubro. Já está em Natal todo mobiliário e estão chegando os equipamentos pesados (cozinha, lavanderia industrial, ar condicionado). Em julho, o Departamento de Relações Humanas da **UEB** vai selecionar pessoal, inclusive ministrando cursos especiais, em Natal. Com a inauguração do **Ducal**, fica resolvido o problema de hospedagem em nossa capital, hoje transformado numa indústria de favor: é preciso se ter intimidade com gerentes ou proprietários de hotel, para se conseguir reservas.

INICIADA CONSTRUÇÃO DO TERCEIRO NORDESTÃO

Está na fase de alicerces a construção do novo **Supermercado Nordeste**, na avenida Salgado Filho, em frente à Faculdade de Odontologia. Será a maior área coberta de loja de autoserviço da cidade, localizada num ponto privilegiado. O grupo **Medeiros**, após inaugurar a sua terceira loja em Natal, vai partir para o interior.

GUARARAPES PODE FATURAR CR\$ 600 MILHÕES

O faturamento previsto da **Confecções Guararapes S.A.** para 1976, é da ordem de Cr\$ 600 milhões, que será alcançado através de suas quatro unidades fabris — Natal, São Paulo, Mossoró e Fortaleza. Considerando-se que o ano tem cerca de 300 dias úteis, a **Guararapes**, com essa previsão, alcançará a marca de Cr\$ 2 milhões de faturamento por dia.

SOLIS TURISMO JÁ ESTÁ FUNCIONANDO

Inaugurada no dia 8 de junho, já está em pleno funcionamento a **Solis Turismo**, pertencente a um grupo constituído por **Edilson Fonseca**, **Fernando Bezerra**, **Gilson Ramalho** e **Bruno Pereira** — o último, gerente geral do empreendimento. Em modernas instalações na avenida Deodoro, a **Solis Turismo** não é apenas uma agência de passagens convencional: cuidará também de excursões internas e externas, de acordo com programações de agências do Sul do País.

RN—ECONÔMICO



PÁGINA DO EDITOR

UMA NOVA EMPRESA

Apesar de considerarmos a atividade editorial como o nosso principal negócio, temos sido levados a dedicar grande parte do nosso tempo e da nossa atenção à atividade industrial gráfica, que abraçamos há pouco mais de dois anos, mais como uma contingência do que como um objetivo. Naquela época, RN—ECONÔMICO deixava de circular em dia porque a única gráfica com off set em Natal não possuía estrutura capaz de nos garantir um bom atendimento. Fomos, então, forçados a comprar a nossa primeira máquina impressora e assumirmos nós mesmos a tarefa de, além de editar, imprimir esta revista.

Comprada através de financiamento, a máquina tinha prestações muito elevadas. Para saldá-las no prazo, tivemos a necessidade de aumentar o nosso faturamento, o que só pôde ser feito com o oferecimento ao público dos serviços de impressão em off set que nós estávamos aptos a prestar. Existia, nesse campo, mais procura do que oferta, fato que nós sentimos nos primeiros momentos; de modo que a tentativa de aumentar a receita da nossa empresa com a venda de serviços gráficos teve absoluto sucesso. Da primeira impressora, partimos para a segunda, para a terceira, e daí em diante vimos que estávamos dando ênfase ao crescimento da gráfica em detrimento da editora. A revista RN—ECONÔMICO continuava circulando fora dos prazos, sua penetração não se ampliava e, apesar de mantida a linha de conduta redacional de independência e seriedade que desde o primeiro número, em 1969, mereceu aprovação da opinião pú-

blica do Estado. Essa constatação começou a ser um grande incômodo e um desafio para a nossa capacidade empresarial.

Reconhecíamos que RN—ECONÔMICO, com serviços prestados à vida econômica do Rio Grande do Norte, com milhares de assinantes interessados na sua leitura, não podia continuar em segundo plano. Muitas fórmulas foram debatidas e testadas, sem êxito, pois a gráfica, representando interesses e compromissos mais inadiáveis, continuava sacrificando a revista.

Decidimos, então, que o conflito entre gráfica e editora só poderia ser evitado com a divisão. Assim, criamos uma nova firma: **RN—ECONÔMICO Empresa Jornalística Ltda.**, que assumirá a total responsabilidade pelos nossos trabalhos editoriais. Para isso contará com estrutura financeira e pessoal do melhor nível para editar RN—ECONÔMICO com sua periodicidade normal e até se possível, transformá-la numa revista quinzenal, desde que se comprove a viabilidade desse projeto já em estudo. Mas a nova empresa não cuidará só de RN—ECONÔMICO: vai também se responsabilizar pelo lançamento do RN—TURISMO, roteiro turístico de Natal já circulando há quase um ano e tendo aceitação unânime nos hotéis, restaurantes e agências de viagens da cidade. Vamos continuar pesquisando o campo editorial para detectar novas oportunidades. Cada uma que surgir, merecerá nosso estudo. O nosso objetivo, como o de toda empresa, é continuar crescendo.

Marcelo Aurélio de Sá

Por que a Prefeitura não deslancha?

Natal não será, por certo, a única cidade em desenvolvimento a necessitar de obras estruturais, capazes de fazer face ao seu crescimento. No entanto, há décadas, é uma das mais carentes de mínimos serviços exigidos justamente para dar as mais necessárias condições de vida à sua população, que cresce na proporção em que o êxodo rural se efetiva — fato natural na região em que está implantado o Rio Grande do Norte, sujeita à periódica instabilidade climática, geradora de secas ou chuvas em excesso.

Se durante algum tempo Natal cresceu no ritmo determinado pelo natural aumento populacional, hoje, no entanto, a situação é outra: a implantação de indústrias de grande porte, principalmente, está transformando radicalmente a vida da cidade, tanto no aspecto físico como no humano. E, paralelamente, surgem novas formas determinantes do crescimento desordenado, porque ao longo de inúmeras administrações não se cuidou da efetivação de obras de infra-estrutura, já então necessárias. A chamada febre imobiliária, a construção de conjuntos habitacionais, o crescimento do comércio, o aumento de veículos rodando nas ruas, as favelas que como parasitas crescem ao redor da cidade, são fatores geradores de novos problemas, que vão se juntar aos já existentes, como por exemplo a drenagem da Ribeira, tão antigo quanto o próprio bairro e que desde o célebre Projeto Palumbo nunca foi resolvido. Problemas urbanísticos que, em última hipótese, seriam controlados com a observância de um Plano Diretor que, já transformado em Lei, ainda não

teve regulamentados os seus inúmeros capítulos, ponto de partida para o controle do crescimento da cidade. Ao lado de tudo isto, uma dura realidade: o que a Prefeitura do Natal arrecada de receita própria é menos do que ela paga ao funcionalismo, por ano. A atual administração, para uns, estaria mais acéfala que a maioria das anteriores, principalmente levando-se em consideração o ritmo de desenvolvimento detectado em outras comunidades, em termos de obras públicas, e quando até mesmo em Natal o setor privado está numa corrida alguns anos à frente do setor público. O Prefeito Vauban Faria, por seu turno, alega sempre que, por ora, está “arrumando a casa” e cita o alto montante de dívidas que herdou e que faz questão de pagar, até porque a máquina administrativa estava ameaçada de parar, caso essas dívidas não fossem saldadas. Em tudo isto, um paliativo: a fundo perdido, o Conselho Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU) — órgão da Presidência da República — doou à Prefeitura do Natal Cr\$ 20 milhões para aplicação em obras urbanísticas. Mas os quatro projetos mais urgentes, que a atual administração tem para executar, afim de deixar a cidade em ponto de espera pela consecução de outros, estão orçados em Cr\$ 100 milhões. Nas reportagens que se seguem, RN — ECONOMICO procura mostrar a situação da cidade, nos dias que correm — as suas necessidades, urgências e carências. Mostra-se, certamente, apenas um pouco do que realmente urge na bela Cidade dos Reis Magos.

FINANÇAS DA PREFEITURA AINDA ATRAVESSAM PERÍODO CRÍTICO

Firmas fornecedoras, empresas e profissionais prestadores de serviços, bancos oficiais e particulares — eram credores da Prefeitura Municipal do Natal de pelo menos Cr\$ 40 milhões, reconhecidos pelo prefeito Vauban Faria até o mês passado. Dos quais ele havia pago cerca de Cr\$ 13 milhões, á mesma época. Para forçar o pagamento do que lhe era devido, a TELERN, por exemplo, cortou todos os telefones da Prefeitura, deixando ligado apenas o do gabinete do prefeito. Mas atualmente a situação está voltando à normalidade, como reconhece o Secretário de Finanças, Paulo Lopo Saraiva.



Prefeito Vauban Faria: "Este ainda será um ano difícil".

De abril de 1975, quando assumiu a Prefeitura do Natal, até o final de março último, o engenheiro Vauban Faria havia reconhecido mais de Cr\$ 40 milhões de dívidas da administração que o antecedeu e até de administrações anteriores. O reconhecimento de outras dívidas, no entanto, continua se processando paulatinamente, à proporção que vai havendo condições de saldá-las.

A maioria dessas dívidas é relativa a fornecimentos diversos aos vários órgãos da Prefeitura ou a prestação de serviços e entre que não recebia dinheiro há muito tempo, estavam a Petrobrás (gasolina), a Telern (telefones) e hospitais e médicos ligados ao IPREVINAT, o Instituto de Previdência Social dos funcionários municipais.

A dívida da Telern estava tão profunda que uma medida drástica foi tomada pela direção daquela companhia estatal de serviços de telecomunicações: já na administração Vauban Faria cortou todos os telefones da Prefeitura, ficando ligado apenas o do gabinete do Prefeito — o que sem dúvida era muito pouco, para o funcionamento da máquina administrativa. A Petrobrás seguiu o fornecimento de gasolina, certamente também racionando-o, condicionando o fornecimento normal à normalização dos pagamentos. E no Banco do Nordeste do Brasil o reembolso de parcelas de empréstimos anteriores estava tão atrasado que o estabelecimento ficou sem condições de sequer dar informações sobre a Prefeitura, para operações com outros órgãos.

O recolhimento do FGTS — Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço — vinha atrasado desde mais de um ano, o que igualmente ocorria com o PASEP — Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público, e as cópias do levantamento aerofotogramétrico da cidade esta-

vam retidas na Base Aérea do Recife, pela falta do pagamento de Cr\$ 80 mil.

Um ano depois de sua posse, o Prefeito Vauban Faria se jacta de haver conseguido pagar Cr\$ 13 milhões dos Cr\$ 40 milhões que encontrou de dívidas imediatamente reconhecidas, embora saiba que ainda hoje, "as finanças da Prefeitura continuam atravessando dificuldades, e 1976 ainda será um ano difícil".

Com o que está de pleno acordo o Secretário das Finanças, bacharel Paulo Lopo Saraiva: "A situação ainda é precária, pois além de um grande débito, encontramos o setor na mais completa desorganização".

Hoje, no entanto, pode-se sentir que o novo sistema de trabalho na Secretaria das Finanças da Prefeitura já credenciou a edibilidade natalense a novos empréstimos, estando a sua capacidade de endividamento restabelecida, não havendo mais dificuldades para a realização de novas operações de crédito.

— "Pelo contrário" — diz Paulo Lopo Saraiva — "hoje temos até recebido ofertas de bancos oficiais ou particulares".

EXCESSO & ESCASSEZ — De qualquer maneira, ainda hoje — e certamente por algum tempo mais — a despesa da Prefeitura do Natal é maior do que a sua receita própria. Por conta disto, e porque excasaram os recursos de fontes indiretas, deve ser graças a uma misteriosa alquimia que tem sido possível levar o barco à frente, ainda se conseguindo pagar contas atrasadas.

O que faltaria, então, para quando menos se equilibrar a receita própria com a despesa, não fosse o caso de se promover a primeira maior do que a segunda?

Ainda é o Secretário Paulo Lopo Saraiva quem responde:

— "O grande problema é de estrutura. A Secretaria precisa de outra estrutura, quer em termos cadastrais, quer quanto ao reajustamento de valores. Os dos imóveis, por exemplo, não são reajustados há mais de quatro anos, o que acarreta a defasagem, o desajuste, entre o que se tem hoje e o que se tinha naquele tempo".

Com este ponto de vista está coerente também o vereador Bernardo Gama, do MDB, presidente da Câmara Municipal.

— "O imposto predial cobrado

pela Prefeitura hoje" — diz Gama — "é irreal comparado com o valor venal dos imóveis. Basta dizer que o imóvel mais caro avaliado pela Prefeitura em Natal está na faixa de Cr\$ 220 mil, quando se sabe que atualmente há transações de prédios residenciais na base de Cr\$ 1,5 milhão ou Cr\$ 2 milhões. Na base de Cr\$ 500 a 800 mil as vendas ocorrem diariamente. Isto representa fuga de faturamento".

Geralmente se cita o Imposto Predial Urbano como capaz de equilibrar as finanças municipais, porque ele é, de fato, isoladamente, o tributo que mais incide no cômputo geral da arrecadação da Prefeitura.

Um quadro levantado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral apresenta da forma seguinte a situação das fontes de renda da Prefeitura, de 1973 até o ano passado:

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL			
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral			
Fonte/Imposto	1973	1974	1975
CM	Cr\$ 9.961.464	Cr\$ 13.122.198	Cr\$ 19.705.477
ISS	1.754.245	2.349.707	4.501.126
PTU	2.241.446	6.767.397	2.789.352
FMP	4.312.246	3.317.662	7.986.165
FRN	857.468	813.347	1.184.887
TRU	301.720	1.565.966	243.176
Outras	3.687.080	5.599.264	8.554.609

Como se verifica, é grande a diferença entre os totais do IPTU cobrado em 1973 e 1974 e maior ainda a desse ano para 1975. Tais discrepâncias, com relação aos dois primeiros anos, certamente não possuem explicação mais plausível, sabendo-se que foi exatamente um ano antes de 1973 que houve o último reajuste de preços e alíquotas. Admitindo-se que somente em 1974 essa diferença seria contabilizada, porque então a máquina arrecadora estaria agindo utilizando todas as prerrogativas possíveis, não se entende, por outro lado, que em 1975 tenha descido tanto o total arrecadado, comparado com o de 1974. O Secretário Paulo Lopo Saraiva justifica a grande diferença (de Cr\$ 6.767.379,00 para Cr\$ 2.789.352,00) com o fato de, na coluna do IPTU relativo a 1975, no

quadro acima, não estar computado o total relativo à Taxa de Lixo, como foi feito para os anos anteriores. Em 1975, a Taxa de Lixo ficou ajuntada à indicação Outras Fontes de Impostos, que totalizou Cr\$ 8.554.609,00 depois de somadas outras taxas, como a de Serviço, a de Alvará de Licença, Taxa de Turismo, para Funcionamento, para ocupação, para execução de obras particulares.

Algumas correntes, dentro da própria Prefeitura, no entanto, acham que a cobrança do IPTU apresentou tanta diferença entre 1974 e 1975 por conta da má vontade de alguns setores funcionais da Secretaria de Finanças. Desconfiança que encontra guarida em outra causa apontada pelo Secretário Paulo Lopo Saraiva, para justificar o mal funcionamento do setor.

— "Afora a necessidade do recadastramento e da modificação es-

trutural da Secretaria" — diz ele — "precisamos urgentemente de mais funcionários. Hoje, o quadro de fiscais da Prefeitura é de apenas 39 homens, quando em 1960 era de 70. Mesmo considerando que naquele tempo havia excesso, não podemos negar que hoje temos escassez. Porque a cidade cresceu muito nesses 16 anos e porque sem fiscalização não se pode pensar em cobrar imposto".

TELEFONE & GASOLINA — Para alentar a situação díspar entre a receita própria e a despesa da Prefeitura do Natal, se conseguiu ultimamente a cessão de Cr\$ 20 milhões, a fundo perdido, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Esse dinheiro servirá, em grande parte, para financiar quatro grandes obras, de funda-

mental importância para a cidade, em se tratando de serviços de urbanização (vide matéria em outro local). Mas certamente alguma coisa será aplicada (para posterior reposição) no saneamento financeiro da Prefeitura, que hoje, com a alquimia feita pelo Secretário Paulo Lopo Saraiva, já apresenta uma situação bem melhor do que no início da administração Vauban Faria.

Dos Cr\$ 13 milhões pagos por dívidas a partir de 1973, por exemplo, mais de Cr\$ 1,5 milhão foram a hospitais e médicos credenciados pelo IPREVINAT. À TELERN eram devidos mais de Cr\$ 400 mil. (dívidas antigas) e Cr\$ 100 mil da atual administração, ficando acertado o pagamento mensal de Cr\$ 10 mil, após o recolhimento de uma parcela maior, havendo se verificado que nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1975 se gastou com telefones, na Prefeitura, uma vez e meia do que foi gasto entre abril e dezembro.

Com relação ao fornecimento de gasolina, pela Petrobrás, a dívida anterior ascendia a Cr\$ 700 mil, parte do que foi saldado, estando o fornecimento atual sendo pago normalmente. Hoje, a Prefeitura tem uma frota de 67 viaturas (afora as que estão à disposição de equipes do Projeto Rondon e da Campanha Nacional de Alimentação) e o consumo geral de gasolina é na média de 1.400 litros por dia.

No Banco do Nordeste do Brasil foram atualizados os pagamentos relativos (ainda) a empréstimos feitos



Paulo Lopo Saraiva: "Secretaria precisa de estrutura e de pessoal".

para implantação do Plano Viário, cuja conta estava bloqueada — já hoje estando o financiamento quase todo completado.

E finalmente foram minimizados os débitos relativos ao FGTS (junto ao Banco Nacional de Habitação) e ao PASEP.

DESENCONTROS & DESACERTOS — A Prefeitura do Natal hoje arrecada apenas 32,2% do seu orçamento global, sendo a complementação feita com recursos provenientes de transferências: ICM (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias), que o Estado recolhe; FPM

(Fundo de Participação dos Municípios), FRN (Fundo Rodoviário Nacional); TRU (Taxa Rodoviária Única).

Com 2.400 funcionários, percebendo em média o salário de Cr\$ 700,00 — a edilidade natalense só com pessoal gasta mensalmente cerca de Cr\$ 2,5 milhão, afora mais Cr\$ 400 mil com o funcionalismo da Câmara Municipal e Cr\$ 100 mil com o do IPREVINAT.

As suas maiores fontes de renda direta são o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviço).

A cobrança do primeiro tributo viveu, até agora, de uma série de desencontros e desacertos dos quais os principais podem ser citados rapidamente: 1) embora a cidade hoje possua cerca de 70.000 imóveis, só existem cadastrados pelo setor de cobrança do IPTU, cerca de 6.000; 2) o levantamento aerofotogramétrico da cidade, que possibilitará a localização de todos os imóveis existentes, ficou quase um ano retido, por falta de pagamento; 3) prédios hoje avaliados em até Cr\$ 3 milhões pagam imposto como se valessem somente Cr\$ 220 mil — teto máximo sobre o qual incidem as alíquotas do nosso IPTU.

Com relação ao ISS a situação não é menos baralhada e só agora se está partindo para levar aos guichês de recolhimento de imposto os profissionais liberais ou firmas prestadoras de serviço, que por lei o devem pagar.

CHEGOU CACHO DE OURO

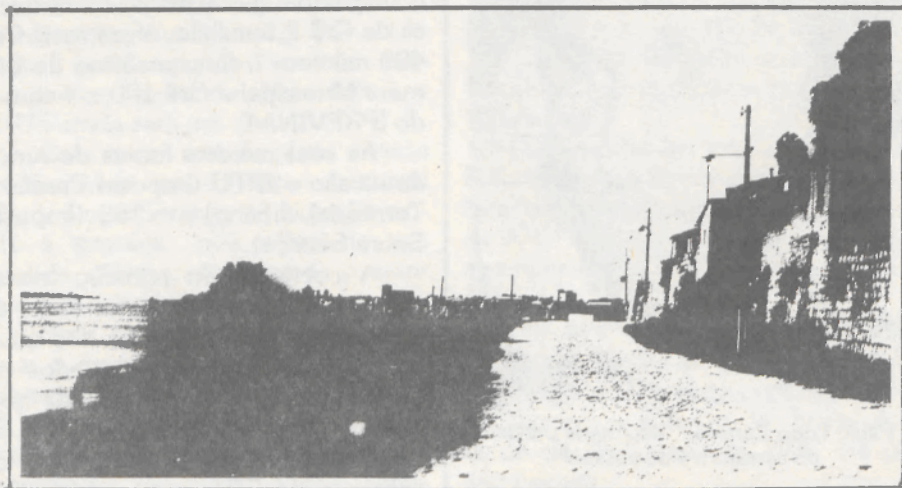
FINISSIMO OLEO COMESTIVEL
MESA E COZINHA

UM PRODUTO

THEODORICO BEZERRA S. A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PLANO DIRETOR CONTINUA

APENAS UMA LEI SANCIONADA



Elaborado ao tempo da administração Agnelo Alves, o Plano Diretor de Natal — um documento regedor de normas e especificações para o desenvolvimento urbano da cidade — foi aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, mas até hoje não foi regulamentado. O Vereador Êrico de Souza Hackradt, do MDB, é um dos mais intransigentes defensores do documento que, de prático, só teve observado, até agora, o traçado do Plano Viário, em parte executado também na administração Agnelo Alves.

Um dos períodos mais movimentados da Câmara Municipal de Natal, ao tempo da administração do Prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, foi o que procedeu o desengavetamento do Plano Diretor da cidade, um documento que havia sido elaborado na administração Agnelo Alves e ainda não fora transformado em Lei. O autor da idéia da volta do assunto às discussões era o vereador Êrico de Souza Hackradt, então presidente do legislativo natalense.

Ainda hoje, Êrico Hackradt é um defensor intransigente do documento, pela sua capacidade de especificar e definir uma política de desenvolvimento do município — ao mesmo tempo que amarga o fato de, conseguido que ele tenha sido transformado em Lei, não tenha ainda visto essa Lei regulamentada, na administração Vauban Faria, para que as suas diretrizes pudessem ser postas em prática e o Plano Diretor tivesse realmente uma razão de ser. Mais ainda porque a cidade necessita, efetivamente, das diversas adequações e soluções técnicas preconizadas pelo documento.

Porque foi o homem que fez a questão vir à tona com muita intensidade, o vereador emedebista, depois que o Plano Diretor de Natal se transformou na Lei Nº 2.211, aprovada em julho de 1974, ficou sendo o representante natural da Câmara Municipal no CONPLAN — Conselho de Planejamento do Município de Natal, um órgão que tem como presidente nato o Secretário de Plane-

jamento e Coordenação Geral da Prefeitura e mais dez membros (cada um com um suplente, inclusive o da Câmara) representantes do Governo do Estado, Executivo municipal, Universidade, CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Federação das Indústrias, Federação do Comércio, Marinha, Exército e Aeronáutica e Instituto Histórico do Rio Grande do Norte.

Criado pelo Art. 46 da própria Lei instituidora do Plano Diretor, o CONPLAN deveria, sempre que necessário (se a Lei já estivesse regulamentada e em execução) apreciar e homologar as diretrizes e normas do planejamento urbano da cidade, aprovando projetos de regulamentação e revisão para a legislação concernente ao desenvolvimento urbano e regional do município. Ele é um órgão consultivo, que tanto emitirá pareceres sobre assuntos urbanos ainda não regulamentados, como, funcionando junto à SEMPLA (Secretaria Municipal do Planejamento e Coordenação Geral) aprovará anteprojetos de alterações do próprio Plano Diretor, a serem submetidos ao Poder Legislativo.

Até agora, no entanto, o que o CONPLAN conseguiu fazer foi o que determina parte da letra f do Art. 48, que trata de suas atribuições: "Elaborar, aprovar e reformar seu próprio Regimento, dispondo sobre a ordem dos trabalhos e sobre a constituição, grau da competência e funcionamento das câmaras em que se desdobrar o Conselho Pleno".

AVOCANDO UM VIVO—MORTO — As razões da não regulamentação do Plano Diretor de Natal são tão difíceis de ser detectadas quanto necessária é a adoção do documento, na sua simultaneidade operacional e prospectiva, orientando as decisões das autoridades competentes, quanto às ações de interesse do desenvolvimento da cidade.

É bem verdade que atualmente as obras físicas que se programa para a cidade estão dentro dos parâmetros do documento, e vez por outra a imprensa avoca os seus artigos, para

defender aspectos a preservar ou condições a assegurar, quando se trata de edificações, setores verdes, loteamentos urbanos, etc. Mas é como se avocasse uma espécie de vivo-morto que, existindo, não tem poderes e é lembrado apenas na contemporaneidade de sua importância negada.

Elaborado na administração Agnelo Alves, pela firma paulista SERETE Engenharia, o Plano Diretor de Natal teve muito de efetivo, para a sua implantação, justamente naquela administração. É bem verdade que o documento, hoje transformado na Lei nº 2.211, é consideravelmente diferente do original, porque um sem número de emendas e modificações foi adicionado ao papelhamaço desengavetado pelo vereador Êrico de Souza Hackradt. E mais ainda porque, como diz o ex-presidente da Câmara Municipal de Natal, "não se trata de um plano definitivo, mas de um código de normas que terá que ser sempre revisto, de acordo com o próprio crescimento da cidade".

Ao tempo em que foi elaborado, o Plano teve executadas quatro etapas, dentro do que no documento de hoje se chama *Das Diretrizes Ur-*



Êrico Hackradt: quer Plano Diretor regulamentado

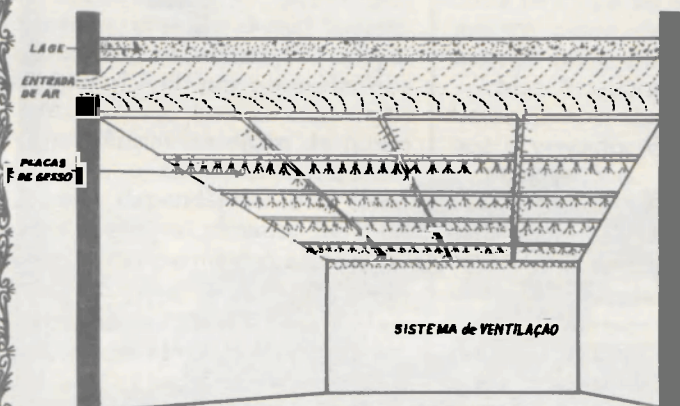
banísticas —Capítulo I — Da Estrutura Viária. Em um ano, se deu ao tráfego da cidade soluções que ainda hoje persistem, após obras de pavimentação e iluminação. A saber:

1 — Visando descongestionar a rua Ulisses Caldas e a Avenida Rio Branco, acabou-se com a mão dupla dessa última via de distribuição, considerando-se que o tráfego que fluía do bairro da ribeira, subindo pela Junqueira Aires, ao chegar à Praça Sete de Setembro entrava pela Ulisses Caldas, e dali na Rio Branco, tendo deixado atrás uma rua morta, a Padre João Manoel, que começa na Praça das Mães e termina a confluência das Praças Dom Vital e André de Albuquerque. Numa primeira etapa do que seria a solução para o problema do tráfego em demanda do Alecrim, foram asfaltadas a Junqueira Aires, a Padre João Manoel, as Praças Dom Vital, André de Albuquerque e João Tibúrcio, parte da rua das Laranjeiras e rua Padre Pinto até o Baldo. O tráfego começou a subir direto pela Padre João Manoel (abandonando a Ulisses Caldas e a Rio Branco) atingindo a Padre Pinto e dali descendo pela então rua da Soledade (hoje Interventor Rafael Fer-

Com o FORRO INDUSTRIAL SUPER-LEVE você só tem a LUCRAR!

PARA GRANDES ÁREAS INDUSTRIAIS, EXISTE AGORA UMA SOLUÇÃO PRÁTICA: FORRO INDUSTRIAL SUPER LEVE. UMA ÁREA DE 300 M2 DE FORRO PESA APENAS 50 Kg. A BASE DE CANTONEIRAS DE ALUMÍNIO E ISONOR ANTI-COMBURANTE, O SUPER-LEVE DA BELEZA E SEGURANÇA A SUA INDÚSTRIA, ELIMINANDO O CALOR E A POEIRA.

Montagem e Assistência Técnica Autorizada:

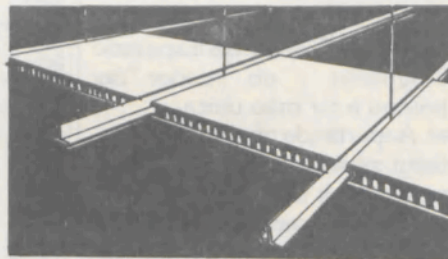


ARTE-GESSO IND.COM.REP.

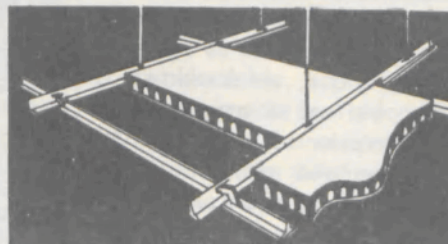
ESCRITÓRIO: RUA DOS CAICÓS 1545 E 1547
Esquina com a Rua Presidente Sarmento em frente a Vila Naval
FONE: 2-4435 ALECRIM NATAL — RN



sistema de colocação de placas desmontáveis com trilhos aparentes



DETALHE: TRILHOS EM UM SÓ SENTIDO



DETALHE: TRILHOS NOS DOIS SENTIDOS



Plano Diretor ordenará o crescimento da cidade

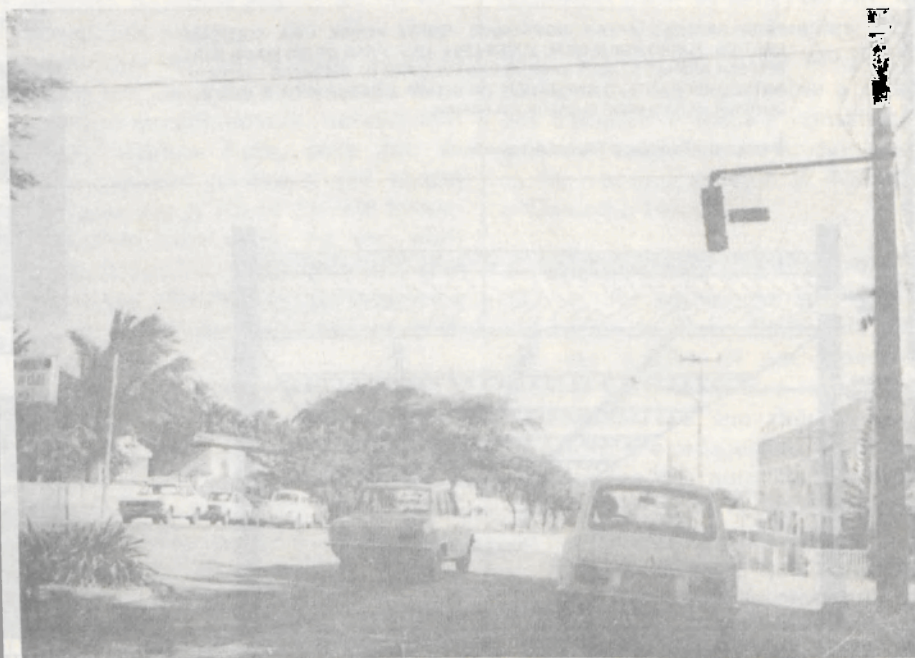
mandes) até alcançar a rua Fonseca e Silva, ao lado do Cemitério do Alecrim. Com isto, se descongestionou o tráfego do centro da cidade, desfazendo-se em parte o perigoso ponto de estrangulamento que o Baldo constituía.

2 — O afastamento e iluminação da avenida Presidente Sarmiento, da confluência com a Mário Negócio e até a Praça Pedro II, ao lado da Igreja de São Pedro, propiciou o desvio de todo o tráfego, em demanda da Cidade Alta, de outro ponto de estrangulamento: a Praça Gentil Ferreira, no cruzamento com a rua Ambarreto e avenida Presidente Bandeira. O tráfego da Cidade da Esperança, das Quintas e do interior do estado passou a ter mão única.

3 — A partir da confluência da rua Potengi com a Avenida Hermes da Fonseca, obras idênticas foram levadas a efeito, desviando-se o tráfego do Tirol, do Aeroporto e do interior do Estado, para a Praça Aristófares Fernandes. No local, próximo à sede do ABC F.C., foram construídas galerias pluviais, integradas às das avenida Afonso Pena, asfaltando-se o trecho que vai até a avenida Nilo Peçanha, inclusive a rua Joaquim Manoel. Oferecia-se assim nova opção ao tráfego, para alcançar a Ribeira, sem necessidade de passar por dois outros pontos de estrangulamento, a Avenida Deodoro e a rua Juvinho Barreto.

4 — Finalmente, a pavimentação do trecho da estrada Natal—Macaíba, circundando a Cidade da Esperança (obra recentemente concluída) prosseguindo pela rua dos Canindés e, opcionalmente, pela rua Coronel Estevam até a Olinto Meira, possibilitou escoamento do tráfego vindo do Tirol, podendo-se utilizar a Avenida Deodoro, ao invés da Avenida Rio Branco.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA — A estrutura viária da cidade,



Av. Hermes da Fonseca: Vitima da especulação imobiliária

no entanto, é hoje o que menos importa, quando se pretende a regulamentação do Plano Diretor, mesmo porque se trata de um esquema praticamente já definido, a partir mesmo das obras feitas na administração Agnelo Alves. O vereador Êrico de Souza Hackradt considera da maior importância a regulamentação de pelo menos três outros pontos: o Uso do Solo, os Loteamentos e Lotes e as Edificações, este último relacionado com outro capítulo do documento, o dos Terrenos não Edificados ou Edificações em Ruínas.

— “No estágio de desenvolvimento que o País atingiu” — diz o vereador emedebista — “tornou-se claro que a administração pública, para ser eficiente, deve ser planejada. Todo o trabalho de elaboração técnica deve ser voltado para explicitar alternativas técnicas ou para enfrentar problemas. O Plano Diretor é um documento aprovado com a finalidade de atender às condições mais favoráveis, de promover as imprescindíveis adequações, as peculiaridades locais, coadunando-se com a sua realidade”.

No caso do Uso do Solo, por exemplo, o Plano está mais efetivamente na base do aleatório do que em outros, exigindo regulamentação imediata, para que o assunto seja definido. É considerado uso de solo, a utilização de áreas do Município, segundo a sua destinação urbanística predominante, objetivando o desenvolvimento harmônico e integrado da



Mais de cem caminhões de areia, por dia saem das encostas de Natal

comunidade e o bem-estar social dos habitantes.

Trata-se de um dos mais extensos capítulos do Plano e para considerar a sua complexidade, basta se verificar o parágrafo referente à Sub-zona de Alta Densidade:

— “É aquela área residencial em que for possível e desejável alcançar até 400 habitantes por hectares; nela, os lotes terão área mínima de 230.00 m² e frente mínima de 7,50 metros; as edificações terão recuo mínimo de 3,00 metros de frente e de fundo e recuo mínimo de 1,50 metros em, pelo menos, uma das divisas laterais, não podendo a edificação ocupar área superior a 60 por cento da área do lote. Quando houver construção de dependências na divisa de fundo do terreno, o afastamento mínimo entre estas dependências e o bloco principal, será, no mínimo, de 3,00 metros. Serão permitidas edificações em série de duas residências contínuas, obedecendo aos recuos e afastamentos acima fixados; para os lotes de esquina, os recuos para as ruas ou logradouros serão no mínimo de 3,00 metros. No caso da existência de lotes com área e/ou testada in-

feriores às que acima são fixadas, limitados por terrenos já edificados, a construção poderá ser licenciada a critério da SEMPLA, não podendo, neste caso, a edificação ocupar área superior a 50 por cento da área do lote. Serão permitidas as edificações de blocos de habitação coletivas de até dois pavimentos, inclusive o térreo, com dispensa de elevadores, observadas determinadas normas”.

Para ordenar uma cidade, sabidamente muito desordenada quanto ao uso do solo, certamente muita coisa terá que ser reconsiderada, até mesmo nesse simples parágrafo da extensa definição do setor.

Mas é quanto ao capítulo dos Loteamentos, Lotes e Edificações, que o vereador Érico Hackradt efetiva mais queixas:

— “A especulação imobiliária no centro da cidade é hoje um fato deplorável, sem que se tome qualquer providência para evitá-la. Na avenida Hermes da Fonseca, por exemplo, há pelo menos vinte e cinco terrenos transformados em matagais ou fornos de lixo, áreas abertas à espera de preços. quando sabe que o Art. 32 do Plano Diretor exige

que os terrenos não edificados ou edificações em ruínas, em vias ou logradouros públicos providos de pavimentação, deverão ser fechados no alinhamento do gradil, por muros adequadamente tratados. Prevendo-se para o não cumprimento dessa disposição, a execução direta, pela Prefeitura, com acréscimo de taxa de administração de 30% do valor da obra, sem prejuízo da multa aplicável”.

Relacionado com esse setor, o das áreas verdes é outro, desrespeitado diariamente e, conquanto a própria imprensa se reporte ao assunto periodicamente, providências não são tomadas, porque, de princípio, o assunto, legalmente pronto a ser legislado, não foi ainda regulamentado

Ligado a ele, a preservação das dunas igualmente tem sido esquecida e a destruição das encostas na orla marítima é fato contumaz: a febre imobiliária força a necessidade de areias, para as construções, e é nos reservatórios naturais e necessários à proteção da própria cidade, que as construtoras as vão buscar.

OPOSIÇÃO APONTA OS PROBLEMAS QUE O PREFEITO PODE RESOLVER



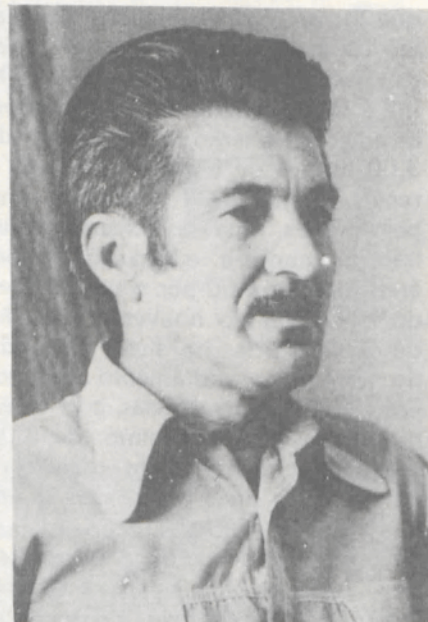
A oposição (majoritária) da Câmara Municipal à administração arenista do prefeito Vauban Faria tem sido feita sempre sem radicalismos, como reconhece o líder do MDB Gilberto Rodrigues. Mesmo assim, os vereadores do MDB têm inúmeras queixas a fazer contra a atual administração, como já o faziam às anteriores: na verdade, os últimos quatro prefeitos da Arena nunca conseguiram maioria na Câmara Municipal. O que, no entanto, não tem evitado que as suas mensagens de interesse imediato da cidade sejam aprovadas.

Os prefeitos arenistas natalenses — os quatro últimos — certamente não podem se queixar do fato de nunca terem tido maioria na Câmara Municipal. A oposição do Legislativo em Natal é sistemática, porém sem radicalismos e a grande maioria das mensagens oriundas do Executivo é apoiada pela banca majoritária emedebista. Em termos de oposição cerrada, ultimamente só houve o caso de uma mensagem do então prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, oriunda da Secretaria das Finanças, propondo a criação de trinta novos cargos para aquele setor: os vereadores do MDB negaram aprovação à intensão do Prefeito, porém numa quase *vendetta*: Jorge Ivan poucos dias antes também se negara a aumentar os vencimentos do funcionalismo público municipal, alegando falta de condições, razão que os vereadores avocaram — ou devolveram à origem — para derrubar a pretensão de criação de novos cargos. O que, no entanto, era uma necessidade: ainda hoje o atual Secretario das Finanças, Paulo Lopo Saraiva, se debate com a falta de fiscais, para pôr em prática uma mais sistemática campanha de recolhimento de impostos — e a carência certamente vai aumentar quando fôr implantado o Projeto Ciata na capital, dado que esse projeto propicia a execução de eficientes modelos de recolhimento de tributos que só podem ser praticados com pessoal pelo menos suficiente.

Foi por obra e graça das modificações na legislação eleitoral que o MDB ganhou a posição que ainda hoje mantém, na Câmara Municipal

natalense. Em 1966, a Arena era majoritária, com 18 vereadores, ficando o MDB com apenas seis, porque Natal então podia eleger vinte e quatro. Com a Emenda n.º 69, em 1970, o número de vereadores natalenses baixou para 21, ocasião em que a Arena ficou com 12 e o MDB subiu de 6 para nove. Dois anos depois, na eleição de 1972, a Arena perdeu mais terreno: elegeu apenas 10, enquanto o MDB continuava a ascensão, colocando onze.

— “Mas o relacionamento do Legislativo com o Executivo é o melhor possível” — diz Gilberto Rodrigues, líder do MDB — “e todas as mensagens que vão beneficiar a cidade nunca deixam de ser aprovadas”.



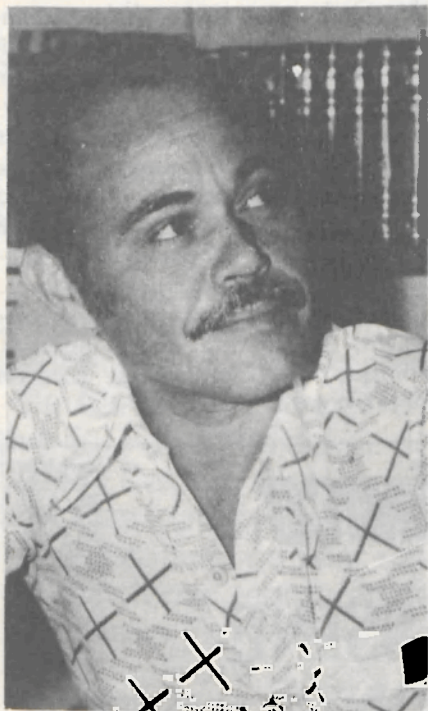
Gilberto Rodrigues: “Oposição sistemática, mas não radical”

Na Assembléia Legislativa, por razões óbvias, o relacionamento com a Prefeitura é tanto menor quanto equidistante, correspondendo essa equidistância à falta de interesses recíprocos, desde que não haja assunto ou questão capaz de provocar empenho dos deputados — os da maioria arenista ou os da oposição.

Vereadores e deputados da oposição, no entanto, seriam, muito naturalmente, os mais indicados para opinar sobre a administração do Prefeito Vauban Faria, como uma espécie de complemento a esta série de reportagens que RN—ECONÔMICO se propôs levar a efeito, tratando sobre Natal. Mesmo porque vereadores e deputados da situação defenderiam pontos que reportagens específicas, com o Prefeito e auxiliares, já abordaram.

IRREGULARIDADES NÃO PUNIDAS — Para o deputado Roberto Furtado, que inclusive já foi Secretário Municipal de Finanças, na gestão Djalma Maranhão, existem quatro grandes problemas a desafiar a capacidade administrativa do prefeito Vauban Faria: as favelas, os transportes coletivos, a regulamentação do Plano Diretor e Educação. Afóra estes, existindo ainda situações indefinidas relativas a vários outros setores.

— “O prefeito e o próprio governador” — diz Roberto Furtado — “justificam a falta de ação da atual



Roberto Furtado: Fatos controvertidos a explicar.

administração com a prova até de irregularidades havidas na administração municipal anterior. No entanto até agora não houve providências para apuração dessas irregularidades. Há fatos notoriamente controvertidos, como é o caso do calçamento da avenida Bernardo Vieira ou o do Frigonorte. O primeiro, uma obra feita às pressas, com um custo apresentado superior ao eventualmente real, para um serviço que se deteriora diariamente, a cada chuva que cai sobre a cidade. O segundo, um caso flagrante de má administração, finda a qual até o aluguel dos postos de venda estavam atrasados desde o início da locação dos prédios”.

O deputado emedebista acha que, com relação às favelas — “um problema social de suma gravidade” — em verdade nada tem havido de positivo, para minimizar a situação atual. No caso dos transportes coletivos, ele reclama porque é feito por três ou quatro empresas, e por isto o desordenamento do setor é o maior possível.

— “Em virtude do pequeno número de concessionários, a Prefeitura não tem opção sequer para punir, e também não providencia uma melhoria do serviço” — diz ele.

Referindo-se à rede escolar, Roberto Furtado assegura que há 12 anos passados a Prefeitura atendia a maior número de alunos (15.000) do que hoje, com relação a alfabetização e ensino primário.

É categórico quanto aos méritos de determinadas obras que hoje estão sendo programadas (“A Avenida de Contorno e a Avenida Beira-Mar, margeando a orla marítima até Ponta Negra, são projetos do tempo de Djalma Maranhão, tendo havido até assinatura de convênio com a Sudene”) e, falando sobre o Plano Diretor, opina como a maioria: “Trata-se de um assunto da maior importância, a que não se dá nenhuma atenção. O Plano Diretor até hoje não foi regulamentado e sem regulamentação ele praticamente não existe. Por que o Prefeito não regulariza o documento, mesmo aos poucos, capítulo por capítulo, não se sabe”.

A CAPACIDADE DE VAUBAN — O líder do MDB na Assembléia Legislativa, deputado Garibaldi Filho, é outro que considera o Plano Diretor uma espinha atravessada na garganta da atual administração municipal.



Garibaldi Filho: “É necessário mais mobilidade”.

— “Natal teve um plano Diretor em caráter pioneiro, que ainda hoje está sem ser executado. Mesmo sendo uma cidade pequena, a nossa não deixa de viver os problemas provocados pela explosão demográfica, por causa da pressão do campo. Munida de um Plano Diretor, a Prefeitura poderia enfrentar de maneira razoável os problemas advindos dessa situação, principalmente os emanados da periferia, dos bairros pobres. O que se poderia pedir ao Prefeito nesta hora? Que dê mais mobilidade à sua ação. Natal não pode mais aguardar pelo deslanche da Prefeitura. A cidade em si já deslançou há muito tempo. Está crescendo de maneira desordenada. Ou está inchando, como advertiu o mestre Câmara Cascudo”.

Para outro emedebista, Magnus Kelly, o problema crucial da cidade é o de calçamento de ruas, não só nos subúrbios, mas também no centro.

— “Diariamente deputados e vereadores, do MDB e também da Arena, pleiteiam calçamento de ruas, sem que nada seja providenciado. O bairro das Rocas é um eterno desafio: nas épocas de chuva, as águas estagnadas provocam até epidemias”.

Magnus Kelly, no entanto, chega a creditar confiança ao prefeito Vauban Faria:

— “Conheço a sua capacidade administrativa, pois ao tempo em foi prefeito de Poço Branco, transfor-

mou esse município completamente. Estranho os motivos por que ainda não fez alguma coisa de positivo, na Prefeitura de Natal”.

A VOZ DA CÂMARA — Os vereadores Gilberto Rodrigues e Bernardo Gama, líder do MDB e presidente da Câmara Municipal, respectivamente, apontam vários problemas que consideram sérios e que exigem solução imediata. Para o primeiro, o principal é a infra-estrutura para as obras de calçamento, as galerias pluviais que são necessárias não apenas no bairro da Ribeira mas até nos subúrbios, onde as águas correm sobre o leito das ruas. Depois, a pavimentação e a consequente conservação e iluminação, esta notadamente em bairros novos, em conjuntos residenciais, onde os mutuários já pagam taxas, sem ter o serviço. O mesmo ocorrendo com a limpeza pública, também ineficiente nos bairros distantes.

Para Bernardo Gama, os problemas se alinham em pelo menos doze itens: 1) As Favelas — deveria se planejar a transferência dos favelados para um local predeterminado, onde houvesse infra-estrutura de serviços e assistência social, inclusive colégios, creches, etc., no modelo da Ceilândia, em Brasília; 2) Os Camelôs — a Arena e o Governo se desgastam com a perseguição sistemática aos comerciantes ambulantes, tratados como se fossem marginais; 3) Bura-



Magnús Kelly: Crédito de confiança ao Prefeito.

cos — a Prefeitura pavimenta, vem a Caern ou a Telern e abrem a rua, sem sequer pedir autorização. Deveria haver uma regulamentação para multar e obrigar a imediata reconstrução da parte obstruída; 4) Transportes coletivos — afóra a ineficiência do serviço, faltam abrigos nas paradas finais ou mais centrais: no inverno, a população fica exposta às chuvas; no verão, à inclemência do sol; 5) Obras — existem a morosidade na conclusão de obras importantes, como as do Canal do Baldo e urbanização da área, apesar de determinação do Governo Federal, no sentido de terminar com urgência serviços já começados. “A Ponte de Igapó foi feita em dois anos” — lembra Bernardo Gama. A Rio-Niterói, em cinco. Proporcionalmente, não se concebe que os serviços de Baldo ainda estejam como estão”; 6) Ajardinamento — a cidade está cheia de praças, todas mal cuidadas, com os canteiros servindo de depósito de lixo. Reclama-se que quando se planta mudas, se depreda. “Por que não se policia, então”, pergunta Gama; 7) a Avenida Beira Mar, ligando a Praia do Forte a Ponta Negra. O próprio loteamento da extensa área tranquilamente pagaria o investimento das obras; 8) Impostos — Ainda hoje, o preço maior de um imóvel em Natal está fixado em Cr\$ 220 mil, quando se sabe que diariamente são vendidos prédios na faixa de mais de Cr\$ 1 milhão. Com isto, perde o Imposto Predial e Territorial Urbano, até que haja uma reformulação; 9) Esportes — No bairro das Rocas existe o Estádio João Câmara completamente abandonado, que bem poderia ser transformado numa praça para desafogar o Castelão e o Juvenal Lamartine nas disputas dos próprios campeonatos do Estado e da Cidade. Nos bairros se poderia construir quadras e piscinas como ocorre, por exemplo, em Belém; 10) Turismo — difícil se enumerar todas as possibilidades turísti-



Bernardo Gama: Pelo menos doze problemas da cidade.

cas da cidade, sem aproveitamento, mas o rio Potengi é uma das mais ociosas forças da nossa capacidade, nesse setor. Por que não atrair turistas para a travessia a barco, rumo à Redinha? Por que não se institucionalizar a captura da lagosta, em termos turísticos, como a Paraíba já fez com a da baleia? 11) Estação rodoviária — o cartão de visitas de uma cidade, para o que utilizam os transportes rodoviários. A de Natal, além de já não mais atender ao tamanho da cidade, vive em completo abandono, a partir dos dois únicos banheiros públicos que possui. Depois, em Natal não se cobra taxa de embarque, como ocorre em outras cidades — e assim se dá mais uma evasão de rendas; 12) Educação — o Ministério de Educação e Cultura financia a construção de novas escolas, subvencionando pagamento a professores. Quer apenas que as prefeituras planejem, projetem e dêem terrenos. Por que em Natal não se constrói mais escolas?

RN-ECONÔMICO

LEIA — ASSINE

COLECIONE

FAVELAS — MAIS DE 10.000 CASEBRES AO REDOR DA CIDADE



Ao redor da cidade de Natal, atualmente, existem cerca de 10.000 casebres, espalhados por mais de 30 favelas. Estes números, no entanto, se referem apenas a invasões ultimamente levantadas por uma pesquisa feita por universitários integrantes do Projeto Rondon. Até próximo a novos conjuntos residenciais (como é o caso do Candelária) já existem favelas. Nas imediações do Estádio Castelo Branco, há uma das mais promíscuas. Isto sem se falar nas antigas, como as de Brasília Teimosa e Mãe Luiza, que aos poucos se transformam em bairros proletários.

Evidentemente, não se trata de um problema exclusivo de Natal, mas aqui como em outro qualquer centro urbano, em desenvolvimento, a proliferação de favelas representa um dos principais pontos negativos hipotecados à administração municipal.

À maneira dos parasitas vegetais, elas têm geração esporádica: nascem à proporção que ocorre o êxodo rural, quando a migração para a capital incide com mais evidência, notadamente ao se configurar períodos de estiagem, no campo.

Para uma cidade de aproximadamente 400.000 habitantes, no entanto, chega a ser algo assustador o número de 10.000 barracos espalhados pela sua periferia, levantados em locais indevidos e alojando famílias que vivem sem as mínimas condições de higiene.

A abordagem do problema das favelas, pela administração municipal, por outro lado, sempre suscita questões paralelas e de tanta importância quanto o próprio fato das invasões de terrenos, pelas famílias marginalizadas que não têm onde morar. Tem sido de certo modo vexatória a situação da edilidade, derubando barracos que da noite para o dia se erguem em terrenos previamente determinados como áreas proibidas para tal fim. No entanto, nunca se cuidou também de uma solução prática para o problema, que, pela sua natureza, tende sempre a aumentar, na proporção em que a cidade cresce. E, numa comprovação

de que as favelas acompanham sempre as áreas que se vão urbanizando, já no lado sul da cidade, próximo ao Conjunto Residencial Candelária, recentemente concluído e habitado, existe uma invasão de terreno, com vinte casebres levantados. E próximo ao Viaduto de Mirassol, no caminho de Ponta Negra — área para onde a cidade se expande, atualmente — outra favela já tem mais de 40 choças, o mesmo ocorrendo próximo ao conjunto Residencial São Marcos, em Lagoa Nova, onde 60 casabres abrigam quase 300 pessoas.

ANTIGUIDADE É POSTO? — A comprovação do surgimento de favelas novas, no entanto, pode ser considerada um ponto positivo, para uma ação que vise senão resolver, pelo menos neutralizar o mal: será mais fácil retirar as famílias que estão chegando aos novos locais, do que demover as que há muito tempo se fixaram em outros.

Com relação às favelas antigas, é digno de nota o fato de em Natal (como certamente em outras cidades grandes) certas áreas indevidamente invadidas já estarem transformadas em verdadeiros bairros. Como é o caso de Mãe Luiza — próximo ao Farol do mesmo nome, um altiplano que margeia a orla marítima, depois do bairro de Aparecida. Lá, já existem mais de 2.500 casebres com uma população de cerca de 12.500 habitantes.

Como Mãe Luiza, outras favelas estão se transformando em autênticos bairros, com ação comunitária de órgãos e entidades assistenciais (inclusive as de caráter religioso) que já agora procuram ao menos ordenar a coexistência de todo tipo de gente nelas residente.

É o caso da Favela Vietnam, em Santos Reis, com mais 500 casebres. Da Favela do Mereto, com igual número de choças. Da Favela dos Barreiros (próximo ao Leprosário), com cerca de 800 e de Brasília Teimosa, na Praia do Meio, uma das mais famosas da cidade.

Nessas favelas, há pessoas que residem há mais de dez anos, o que lhes garante, pelo menos no seu entender, o poder de posse dos terrenos.

A Favela de Brasília Teimosa, particularmente, tem sido palco de reiteradas ações de administrações municipais, na tentativa de livrar a orla marítima do mal aspecto que hoje tem o local. Ficaram famosas algumas dessas ações, quando funcionários municipais ajudados por policiais derrubaram casebres durante o dia, para vê-los novamente erguidos, na madrugada seguinte.

Ao tempo da administração do prefeito Agnelo Alves, a execução do Plano Viário elaborado para integrar a Praia do Meio ao resto da cidade, previa a abertura da Avenida Duque de Caxias até a confluência do Forte dos Reis Magos e Avenida Café Filho — com o que se promoveria também a solução para Brasília Teimosa, pois obrigatoriamente a área daria lugar a via de acesso pavimentada e os favelados seriam remanejados para casas populares, construídas em convênio com a COHAB—RN.

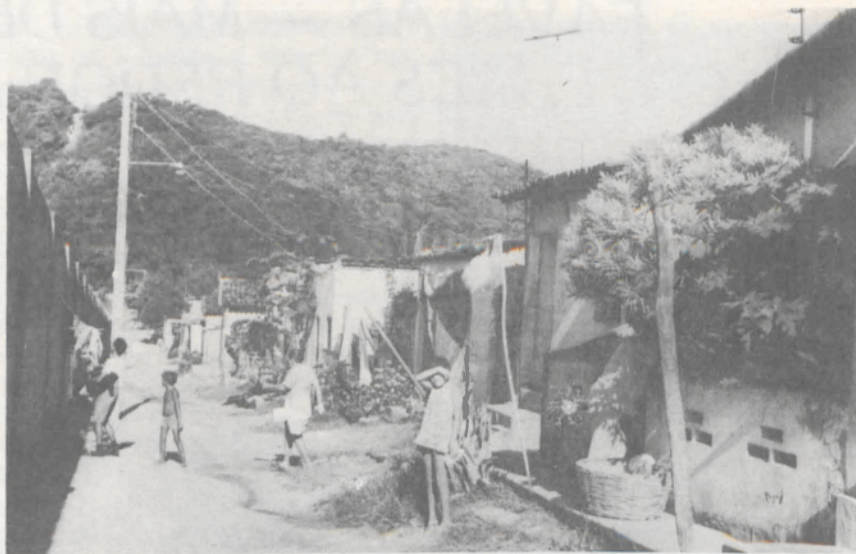
PROMISCUIDADE & PROSTITUIÇÃO — Não será, certamente, necessário se considerar os males que a aglutinação desses moradores desordenados e marginalizados provoca — porque quem passa por uma favela pode ver a promiscuidade em que vivem. Fome, desemprego, analfabetismo, delinquência e prostituição são os principais indicadores de sua vida em comum.

Se algumas favelas hoje estão mais organizadas, por conta da ação comunitária e assistencial de órgãos de direito, a grande maioria delas são verdadeiros focos de vida marginal, onde a promiscuidade vivencial entre crianças e delinquentes, viciados e prostitutas, já se tornou um fato corriqueiro.

A Favela do Mereto é conhecida pelas batidas policiais à procura de traficantes de maconha, que se embrenham ou residem nas bocas-de-fumo formadas por 500 casebres.

A nóvel Favela dos Tororós, próximo ao Estádio Castelo Branco (rua dos Tororós) oferece um quadro lamentável, formado pelos casebres feitos com folhas de flandre, tábuas e até papelão — um sub-mundo onde o mal cheiro não é menor e menos perigoso do que a convivência de prostitutas com crianças, marginais com esmoleres, famílias com vagabundos, etc.

PREFEITURA INTERESSADA — O Prefeito Vauban Faria está interessado em começar a resolver o



Próximo ao Hospício, uma favela com mais de 30 casebres.

problema das favelas, em Natal. No ano passado, através de convênio com o Projeto Rondon, com controle do seu Gabinete, foi feito um levantamento das principais invasões de terreno, na cidade, com vistas a uma ação que teria desenvolvimento já este ano: a desapropriação de um terreno de 135.000 m², no bairro das Quintas, margeando a estrada Natal - Macaíba — local onde será aplicado o programa de Lotes Urbanizados, através de convênio (já assinado) com a Secretaria de Trabalho e Bem Estar, do Governo do Estado.

Essa será a primeira experiência mais profunda, no sentido do desfavelamento da cidade, devendo lá ficar os moradores das favelas adjacentes da área, as da Ponte das Lavadeiras, da Ponte Nova das Lavadeiras, do Salgado, da China e do Japão — que totalizam mais de 350 casebres e perto de 1.700 moradores.

O levantamento levado a efeito pelos universitários do Projeto Rondon, por outro lado, foi suficiente para comprovar e reconhecer 31 favelas e invasões, totalizando cerca de 7.000 habitantes. Outros 3.000 estão espalhados em áreas não visitadas, porém estimadas.

Dos locais visitados, dois foram escolhidos para a aplicação de um questionário, visando um diagnóstico de realidade: as Favelas da China e do Japão.

Trata-se de duas aglomerações marginais das mais promíscuas, conquanto que também das mais antigas. Ficam situadas entre a avenida Bernardo Vieira e a rua dos Paiatis e a aproximação com esses trechos integrantes da parte urbana da cidade, determina que 47 das suas 303 casas sejam de alvenaria. Afora essas, há mais 125 de taipa, 19 de tábua, 44 de palha, 23 de alvenaria e taipa e 45 de outros materiais.



Brasília Teimosa: uma das mais antigas favelas de Natal.

Nas duas favelas residem 1.500 pessoas, das quais 716 são do sexo masculino e 784 do sexo feminino. Do total de habitantes, 833 são filhos de favelados — dos quais 686 crianças na faixa etária de zero a 10 anos de idade.

— “O êxodo rural é que provocou o surgimento das favelas da China e do Japão” — conclui o relatório do Projeto Rodon — “pois das 303 famílias ali residentes, 74 são da capital 224 oriundas de municípios diversos do Estado e cinco vindas da Paraíba, do Ceará, de Pernambuco, de Brasília e até do Rio de Janeiro.

SUBEMPREGO & FOME — A ocupação dos chefes das famílias residentes nas duas favelas, por outro lado, atesta o alto grau de subemprego dessas populações marginais: 219 deles são biscateiros, desvinculados de qualquer órgão de previdência social. Vinte e sete mulheres assumem a chefia da casa, a maioria como lavadeiras (devido à proximidade do Rio das Quintas) e outras ocupações que mais incidem são feieiro, empregada doméstica, cozinheira, costureira, mecânico ou bombeiro ambulante, lavador de carro, carroceiro, garrafeiro, ferreiro, estivador, pedreiro, sorveteiro, vigia. Há ainda os esmoleres, os vendedores de osso e, esporadicamente, o motorista de praça, o guarda-noturno, tipógrafo, o pintor.

No final das contas, profissões que só possibilitam vencimentos mensais até Cr\$ 2 mil a uma família; de Cr\$ 1 mil, a cinco famílias. De Cr\$ 400/500 a cerca de 50. O restante ficando na faixa do salário mínimo ou sem renda fixa — na grande maioria das vezes para atender a cinco ou mais pessoas, na mesma casa.

Os 10.000 mocambos, casabres ou choças espalhados pela periferia da cidade, estão assim distribuídos, de acordo com a localização das favelas: Favela do Cruzeiro (Bom Pastor, entre as ruas Sampaio Correia e Bom Pastor) — 30; Favelas China e Japão, próximas ao Rio das Quintas, 250; Favela da Ponte das Lavadeiras (Rua Dr. Laureano, Quintas), 30; Favela da Ponte Nova das Lavadeiras (Quintas), 10; Favela do Salgado (Mangue das Quintas), 20; Favela do Parque 13 de Maio (Dix-Sept Rosado), 250; Favela Miguel Couto (Bairro de Nazaré), 30; Favela



Mãe Luiza hoje é já um bairro próximo ao mar, com 12.500 habitantes

dos Barreiros (ao lado do Leprosário), 800; Favela do Mereto (Quintas), 500; Favela Esperança (Cidade da Esperança, próximo à linha da Rede Ferroviária Federal), 60; Favela Rua da Palha (proximidades da Cidade da Esperança), 200; Favela Grotta do Urubu (ao lado do chamado Forno do Lixo), 60; Favela dos Tororós (próximo ao Castelão), 250; Favela Lagoa Nova (por trás do escritório da EIT), 45; Favela do DER (por trás da sede do DER), 120; Favela da Ridinha (na estrada Natal-Ridinha), 30; Favela das Salinas (estrada da Ridinha), 20; Favela do Mosquito (próximo à Ponte de Igapó), 200; Favela do Britador (Quintas), 20; Favela da Candelária (pró-

ximo ao conjunto do mesmo nome), 20; Favela do Viaduto (próximo ao conjunto residencial Mirassol), 40; Favela Lagoa Nova (Conjunto São Marcos), 60; Favela Nestor Lima (próximo à escola do mesmo nome) 100; Favela da Areinha (Lagoa Seca, Rua Garganta do Diabo), 350; Favela do Morro Branco, 20; Favela do Hospício (por trás do Hospital de Psicopatas), 30; Favela Cruz Vermelha (bairro do Tirol), 50; Favela Canto do Mangue (Rocas), 200; Favela Vietnam (Santos Reis), 500; Favela de Mãe Luiza, 2.500.

Localizadas em outros pontos da cidade, diversas outras favelas e invasões recentes totalizam mais 3.000 casebres.



Favela dos Tororós, próxima ao Castelão

FALTA DE OBRAS É JUSTIFICADA PELA FALTA DE RECURSOS



Em 1975 a Prefeitura de Natal recolheu, de receita própria, Cr\$ 15.845.000,00. E pagou ao funcionalismo municipal, Cr\$ 16.318.000,00. Efetivamente, ela ainda hoje arrecada apenas 32,2% do seu orçamento global. Esta é a causa principal apontada pelo Prefeito para a falta de uma ação mais efetiva, no setor de obras imprescindíveis. Também por isto, a Prefeitura se compraz em executar serviços de pequena monta, que passam quase despercebidos.

No mês de abril último, realizou-se em Natal um Seminário Sobre Cadastro Imobiliário e Reorganização Administrativa, promovido pela Secretaria Municipal de Planejamento, com vistas ao desenvolvimento urbano da cidade. Com participação efetiva do PRODASB — Processamento de Dados de São Bernardo do Campo — o Seminário teve, entre os conferencistas, o prefeito Geraldo F. Rodrigues daquela cidade paulista, que tem algumas características parecidas com as de Natal, inclusive no número de habitantes, razão pela qual o PRODASB está fazendo uma experiência entre nós, para implantação do seu sistema de cadastro de imóveis.

À parte os resultados práticos da série de conferências, um dos dados mais glosados no encontro foi o divulgado pelo prefeito de São Bernardo do Campo: o orçamento do seu município, para 1976, é 130 vezes maior do que o de Natal. E o que lá se paga de salários a motoristas (inclusive horas extras) é o equivalente a toda folha de pagamento do funcionalismo público natalense, ou seja, cerca de Cr\$ 2,5 milhões. Com o agravante de que essa quantia em Natal corresponde

ao funcionalismo público da Prefeitura, ao da Câmara Municipal e ao do Iprevinat — Instituto de Previdência dos Servidores Municipais.

Para o Prefeito Vauban Faria, é bom que a folha de pagamento do seu funcionalismo seja pequena, porque do tamanho que é já dá trabalho para ser paga: a Prefeitura de Natal hoje arrecada apenas 35,2% do seu orçamento global (recebendo o restante de transferências diversas) e em 1975 a folha de pessoal consumiu mais do que foi arrecadado, através da receita própria: foram pagos cr\$ 16.318.000,00 contra Cr\$ 15.845.000,00 recolhidos. Mesmo assim, no ano passado o funcionalismo teve aumento de vencimentos na base de 33%.

Discrepâncias como estas são normais na Prefeitura de Natal, e é baseada nelas que a atual administração justifica a falta de uma atuação mais efetiva (um ano e pouco depois que o Prefeito Vauban Faria tomou posse no cargo) principalmente no setor de obras.

Mesmo assim, alguma coisa tem sido feita. Muita coisa, acham os auxiliares do Prefeito, considerando-se as dificuldades para conseguir dinheiro.

20% PARA CONCLUIR O BALDO — A urbanização do Baldo é a obra que a atual administração pode exibir com mais euforia, para demonstrar que não está tão acéfala. O alargamento da área e os serviços no próprio Canal, este, iniciado na administração passada.

Embora ainda não concluída, a obra já consumiu cerca de Cr\$ 1 milhão e a parte referente ao Canal do Baldo (já terminada) só pôde ser completada porque na atual administração se pagou ao DNOS a parcela de 20% — participação da Prefeitura, de acordo com convênio que era devida desde que a obra foi iniciada.

— “O DNOS não parava, realmente, mas ficava esperando, diminuindo o ritmo do serviço” — diz o jornalista Celso da Silveira, assessor de Imprensa do Gabinete do Prefeito. “No que, certamente, tinha razão”.

A urbanização de toda a área do Baldo, incluindo as praças Tamandaré e Carlos Gomes (a obra foi iniciada dia 5 de janeiro deste ano) fará com que o local sofra uma saudável modificação, em sua fisionomia urbana.

De acordo com o projeto, elaborado pela SEMPLA, o Baldo será desafogado com três pistas de relamento, sendo as duas principais, prolongamentos das avenidas Deodoro e Rio Branco.

As duas avenidas serão divididas pela Praça Tamandaré, única no local, com a fusão da Praça Carlos Gomes. Com formato de um cálice, a nova praça por si só constituirá uma profunda mudança urbanística da área.

Outra mudança será a terceira pista de rolamento, avançando para o lado do prédio da COSERN, onde está sendo construído um alargamento de 18 metros, com canteiro central, para evitar a invasão das outras faixas.

AINDA POR DESLANCHAR — Afora as do Canal do Baldo e as de urbanização da área, são realmente de pequenas proporções e acanhadas presenças as obras que a Prefeitura natalense tem executado ao longo desse ano e pouco. Alguma coisa importante, certamente, mas que se perde na exigência natural da população, que deseja ver a sua cidade “deslanchar” administrativamente na mesma proporção em que cresce fisicamente, através da iniciativa pri-



Nivelamento da rua Coronel Estevam

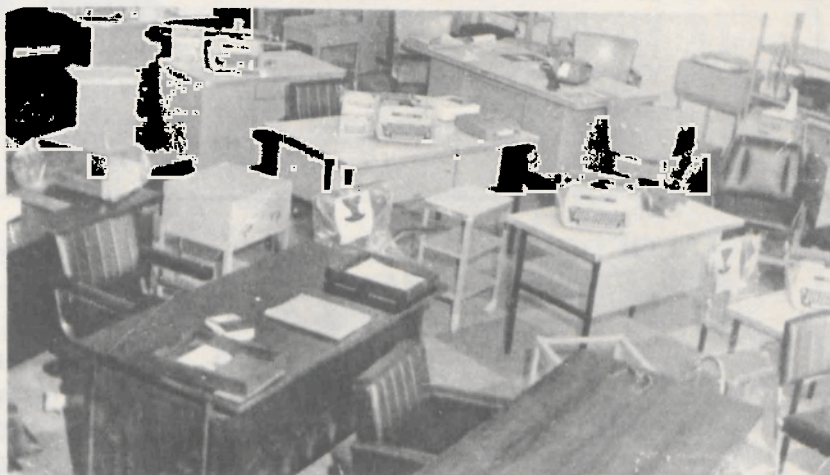
vada. Ou em que aumenta populacionalmente, já perseguindo a meta dos 400 mil habitantes, mas ainda vivendo nos padrões urbanísticos de quando possuía 150 mil.

No setor de pavimentação, o prefeito Vauban Faria pode exibir uma obra de relativa presença: os 81.000 metros das ruas Prudente de Moraes, Almirante Nelson Fernandes e Capitão Mór Gouveia, para o que conseguiu financiamento aditivo de Cr\$

3 milhões. E ainda os 21.000 metros da área de contorno do Estádio Castelo Branco.

Ao completar um ano à frente da Prefeitura, ele completava também 30.000 m² de recuperação de calçamento a paralelepípedo e 5.000 m² de pavimentação asfáltica — serviços feitos em ruas esburacadas pelas chuvas, pelo uso contínuo ou pela ação da CAERN ou da TELERN, que para deitar as suas redes sub-

MÓVEIS PARA 'ESCRITÓRIO

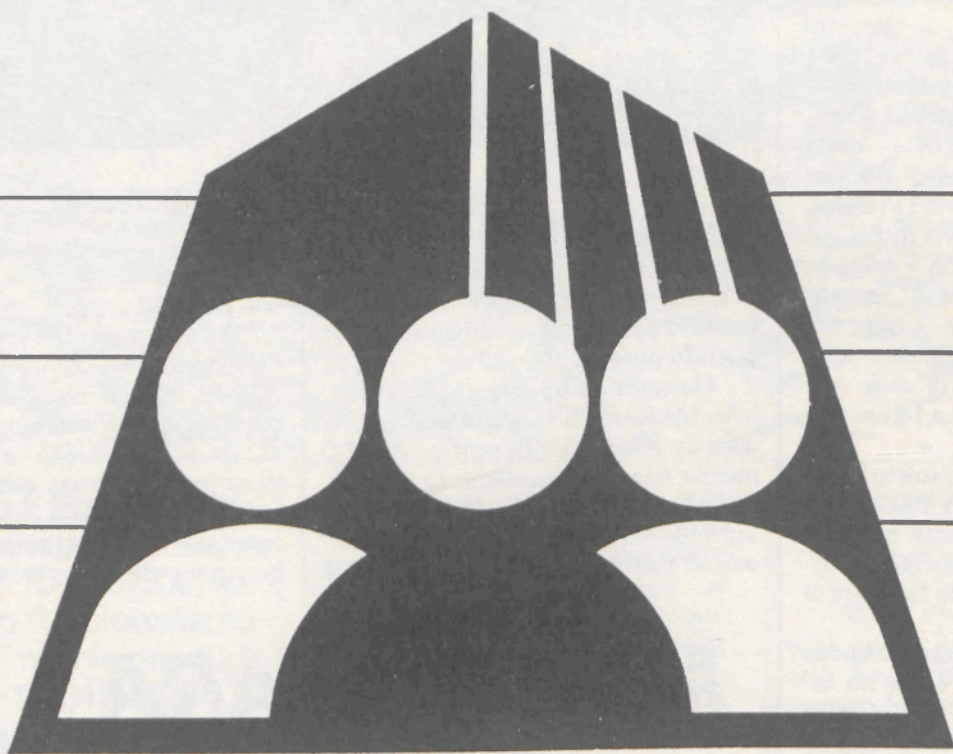


RECOMAPE

MATRIZ — Rua Dr. Barata, 242

FILIAL — Praça Augusto Severo, 91 Fones — 2-1467 e 2-1618

reúna um grupo de amigos



O CONDOMÍNIO HABITACIONAL BANORTE lhe dá o direito de escolher o bairro onde quer morar. E lhe possibilita também a escolha de seus vizinhos. É só reunir um grupo de amigos pretendentes à aquisição de casa ou apartamento e formar o Condomínio.

O projeto, a compra do terreno, a concorrência para indicação da empresa construtora e fiscalização da obra contam com a participação dos condôminos. Você terá sua casa ou apartamento no local escolhido, a preço de custo, tendo seus amigos como vizinhos e a tranquilidade de ter acompanhado a obra.

É fácil conseguir interessados e obter o preço adequado para adquirir o imóvel e residir em um bairro seguro. Você não consome o dinheiro de seus amigos suficientes para adquirir o domínio, não se preocupa com o norte completo e com as inscrições isoladas.

participe do Condomínio Habitacional Banorte : informações

escolha onde quer morar

**condomínio
habitacional**

Banorte

2, 4, 6 ou 8 amigos
deixar de pagar alu-
guel e adquirir um imóvel pró-
prio em uma boa vizinhança. Se
quiser adquirir o número de a-
partamentos para fechar o Con-
domínio Habitacional Banorte, não se
preocupe, que a Banorte fará
tudo o grupo através de
seus serviços.

Faça uma experiência: venha à Ba-
norte obter maiores informações so-
bre o Condomínio Habitacional Ba-
norte. Depois converse com amigos,
parentes e companheiros de traba-
lho. É a oportunidade de deixar de
pagar aluguel e adquirir seu pró-
prio imóvel, a preço de custo, sem
intermediários.

Banorte
CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A

Recife - R. Nova, 363

Natal - Av. Rio Branco, 684

João Pessoa - Praça Vidal de Negreiros, 41

Maceió - R. Cons. Lourenço de Albuquerque, 41

inscrições nas agências do Banorte



Baldo: Solução para o tráfego vindo do Alecrim

terrâneas, abrem as ruas e deixam o buraco para a Prefeitura tapar, quando puder.

Para pavimentação, várias ruas estão escolhidas, com estudos e levantamentos feitos, afora concorrências abertas, e pode ser que ao ser publicada esta edição alguma coisa tenha sido iniciada. É o caso das ruas Tuiuti, São Sebastião, São João, Angelo Varela, Ipanaguassu e trecho da Alexandrino de Alencar — acesso ao Bosque dos Namorados — ruas localizadas nos quatro cantos da cidade e que, pavimentadas, resolverão problemas de tráfego há muito existentes.

A rua Tuiuti — antiga Areia Preta — será ligada à rua Guanabara, constituindo uma nova via de acesso ao Morro de Mãe Luiza, com 200 metros de extensão.

A rua São Sebastião, no bairro das Rocas, terá 400 metros pavimentados. A São João, transversal da avenida Prudente de Moraes e da rua São José, ligará a avenida Bernardo Vieira à Alexandrino de Alencar, com 600 metros de extensão.

No bairro do Tirol, as ruas Ipanaguassu e Angelo Varela terão 50 e 200 metros de pavimentação, enquanto o acesso ao Bosque dos Namorados receberá 150 metros de paralelepípedos.

Serviços como esses, realmente de pequena monta, para o elenco de carências da cidade, são alinhados, num rol de obras executadas pela atual administração, ao lado da construção do Pontilhão das Quintas, da

aquisição de três caminhões basculantes, dois caminhões pipa, um trator, uma enchedeira, um rolo compactador, dois caminhões kuka de 9 toneladas cada um. Ou da recuperação de todo o sistema de vapor do frigorífico industrial do Frigonorte, possibilitando o abate de suínos, que não era feito há quatro meses antes da posse do atual prefeito.

E afora o pagamento das dívidas anteriores da Prefeitura, que ascendiam a Cr\$ 40 milhões (dos quais cerca de Cr\$ 15 milhões já foram pagos) restam algumas obras de cunho social, surgidas, no entanto, por programas executados a nível nacional.

“As margens do rio das Quintas, um espaço de 540 metros lineares” — diz o jornalista Celso da Silveira — “serão transformadas em área de lazer. A área já foi delineada em planta baixa e as margens do rio, faveladas, serão transformadas em parque e

Centro Social, através da Prefeitura, da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar do Estado, em convênio com o Programa Nacional de Centros Sociais e do Conselho de Desenvolvimento Social”.

Realmente, o Conselho de Desenvolvimento Social, órgão consultivo da Prefeitura do Natal, recém criado, já criou Conselhos Comunitários nos bairros das Rocas, Santos Reis, Brasília Teimosa, Cidade da Esperança, Guarita, Nova Descoberta, Mãe Luiza, Aparecida, Lagoa Seca, Dix-Sept Rosado, Quintas, Nazaré e praia de Ponta Negra.

Além desses Conselhos Comunitários, a Prefeitura ainda subvenciona os Centros Sociais Brasília Teimosa, D. Marcolino Dantas, Desembargador Celso Sales, Padre João Perestrelo, Aparecida e Nossa Senhora de Fátima, afora mais 170 instituições sociais. No que, em 1976, deverá aplicar cerca de Cr\$ 2 milhões.



Anel de contorno do Castelo: pavimentado

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A • BDRN •

CARTA PATENTE Nº I-338 C. G. C. - M.F. - 08328247 RUA FLORIANO PEIXOTO Nº 550 - NATAL - RN

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

ATIVO		PASSIVO	
DISPONIVEL	Cr\$ 2.136.791,48	NÃO EXIGÍVEL	
REALIZÁVEL		Capital	Cr\$ 19.700.000,00
Empréstimos e Financiamentos		Reserva para Aumento de Capital	Cr\$ 12.131,00
A Governos	Cr\$ 49.590.496,08	Fundo de Reserva Legal	Cr\$ 432.082,39
A Autarquias e Empresas Públicas	Cr\$ 131.723.784,90	Fundos de Reservas Especiais	Cr\$ 7.997.322,39
Ao Setor Primário Privado	Cr\$ 3.662.838,81	Fundo de Indenização Trabalhista	Cr\$ 364.977,22
Ao Setor Secundário Privado	Cr\$ 127.413.962,51		Cr\$ 28.506.513,00
Ao Setor Terciário Privado	Cr\$ 8.174.092,84	EXIGÍVEL	
	Cr\$ 320.565.175,14	Depósitos	
Outras Aplicações		Outros	Cr\$ 12.667.648,63
Títulos e Créditos a Receber	Cr\$ 372.201,74		Cr\$ 12.667.648,63
	Cr\$ 372.201,74	Outras Exigibilidades	
Outros Créditos		Credores Diversos - País e Exterior	Cr\$ 1.122.926,40
Créditos em Liquidação	Cr\$ 4.395.435,13		Cr\$ 1.122.926,40
Outros	Cr\$ 1.515.262,99	Obrigações Especiais	
	Cr\$ 5.910.698,12	Banco Central - Empréstimos	Cr\$ 15.000.000,00
Valores e Bens		Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	Cr\$ 8.483.190,21
Outros Valores	Cr\$ 11.034.041,27	Obrigações Contraídas com Inst. Oficiais	Cr\$ 274.835.926,67
	Cr\$ 11.034.041,27	Imposto Sobre Operações Financeiras	Cr\$ 363.962,02
	Cr\$ 337.882.116,27	Outras	Cr\$ 1.070.856,60
IMOBILIZADO			Cr\$ 299.753.935,50
Imóveis de Uso e em Construção	Cr\$ 3.490.950,45		Cr\$ 313.544.510,53
Móveis, Utensílios e Almoarifado	Cr\$ 1.319.088,91	RESULTADO PENDENTE	
Mecanização Avançada, Comunicação e Segurança	Cr\$ 105.752,43	Rendas de Exercícios Futuros	Cr\$ 1.306.332,01
	Cr\$ 4.915.791,79	Lucros e Perdas	Cr\$ 1.655.980,96
RESULTADO PENDENTE			Cr\$ 2.962.312,97
Despesas de Exercícios Futuros	Cr\$ 78.636,96	CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Cr\$ 309.554.225,93
	Cr\$ 78.636,96		Cr\$ 654.567.562,43
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
	Cr\$ 309.554.225,93		
	Cr\$ 654.567.562,43		

DEMONSTRATIVO DA CONTA LUCROS E PERDAS — SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

DÉBITO

DESPESAS

DESPESAS FINANCEIRAS OPERACIONAIS	Cr\$ 5.881.923,54	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Cr\$ 3.219.335,05	
OUTRAS PERDAS	Cr\$ 1.248.450,02	Cr\$ 10.349.708,61

PROVISÕES

PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	Cr\$ 420.000,00	Cr\$ 420.000,00
--------------------------------	-----------------	-----------------

DISTRIBUIÇÃO DO SALDO

RESERVA LEGAL - DL. 2627	Cr\$ 81.986,26	
OUTRAS RESERVAS E PREVISÕES	Cr\$ 1.487.465,81	
SALDO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	Cr\$ 70.273,18	Cr\$ 1.639.725,25
		Cr\$ 12.409.433,86

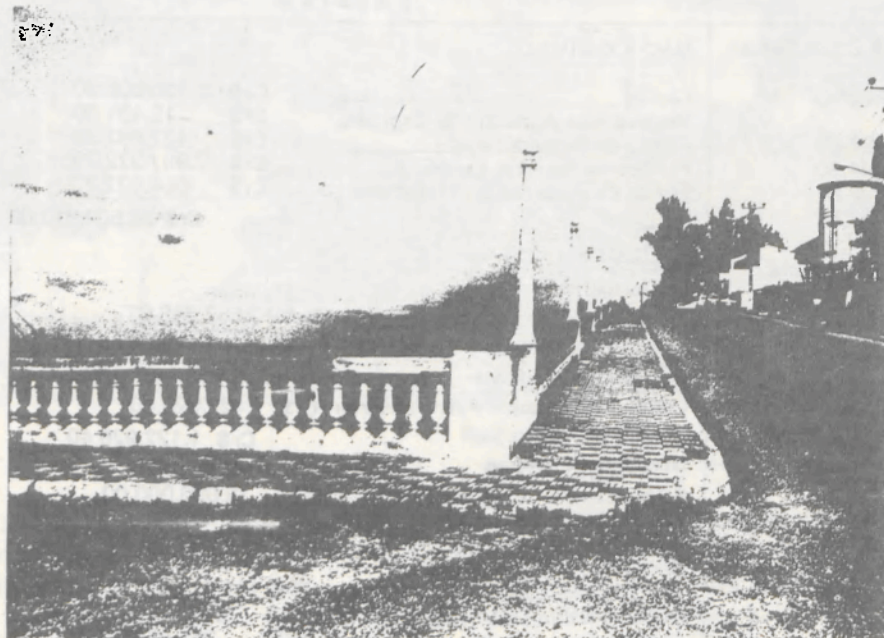
CRÉDITO

RECEITAS

RECEITAS FINANCEIRAS OPERACIONAIS	Cr\$ 12.213.665,01	
RECEITAS DIVERSAS	Cr\$ 195.768,85	Cr\$ 12.409.433,86

DANILO DE GADÉ NEGÓCIO GETULIO ALVES DA NÓBREGA ANTONIO LINS IVANILDO DIAS GUIMARÃES
DIRETOR PRESIDENTE DIRETOR DE OPERAÇÕES DIRETOR ADMINISTRATIVO T.C. CRC/1113 - RN

OS QUATRO PROJETOS QUE PODEM INICIAR O "DESLANCHE"



A administração Vauban Faria tem, programados, pelo menos quatro projetos de grande porte, para executar a médio prazo: as Galerias da Ribeira, a Avenida Beira Canal, a Avenida de Contorno e a Urbanização da Avenida Getúlio Vargas. Obras orçadas, a preços atuais, em cerca de Cr\$ 100 milhões. E, para iniciá-las, dispõe de apenas Cr\$ 20 milhões, conseguidos (a fundo perdido) junto à Presidência da República. Do dinheiro conseguido, já foi recebida uma primeira parcela de Cr\$ 6,5 milhões.

Os grandes problemas urbanísticos de Natal se confundem no tempo: uns são seculares e outros decorrem do recente crescimento da cidade. Todos, no entanto, vivem a exigir solução simultânea, principalmente nos dias atuais, quando a cidade, mais do que nunca, experimenta um surto desenvolvimentista.

Além do mais, Natal, dentro dos próximos vinte anos, poderá ter um milhão de habitantes, fadados a viver nos mesmos limites urbanísticos de hoje, caso algumas obras de vital importância sejam imediatamente construídas.

A principal delas: as galerias pluviais da Ribeira, que desde o início do século são estudadas, programadas e nunca executadas, quando muito tendo havido soluções parciais, dadas a título de atendimento a interesses eleitorais e nunca atendendo à profundidade da questão.

Depois, há o também quase eterno problema do fluxo do tráfego entre os dois extremos da cidade — a orla marítima e o bairro das Quintas, com outras variantes para o lado sul da cidade — projeto que, embora tenha sido várias vezes posto em planta baixa, nas pranchetas de centenas de desenhistas, nunca foi atacado de acordo com as suas conveniências e exigências.

Agora que a cidade está crescendo física e humanamente, outros aspectos se configuram, exigindo soluções. Principalmente a questão do lazer, a do paisagismo e, mais distante, a do próprio turismo, que tem sido perseguido e também nunca fixado, como elemento capaz de completar a cidade, como forma humana e material.

Uma das metas do prefeito Vauban Faria é construir quatro dessas obras essenciais, de que Natal precisa para poder fazer face ao seu crescimento. Agora as galerias pluviais, da Ribeira, a Avenida Beira Canal (que completará as obras feitas no Baldo, em conclusão) — a Rodovia de Contorno e a urbanização da Encosta da Avenida Getúlio Vargas.

VINTE MILHÕES AO INVÉS DE CEM — Em recente documento enviado ao Conselho Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU), justificando pedido de colaboração financeira para as obras que agora o Prefeito Vauban Faria programa, o Governador Tarcísio Maia dizia, a certa altura:

— "O fenômeno de urbanização, de caráter universal, tem constatações bem mais marcantes em regiões em desenvolvimento, principalmente naquelas em que a agricultura se apresenta como setor predominante da economia. No Nordeste brasileiro, esse fenômeno surge de forma mais acentuada, tendo em vista fatores de ordem edafoclimática, que contribuem para determinar o incremento do êxodo da população rural para os centros urbanos. No caso específico do Rio Grande do Norte, os seus principais centros — Natal e Mossoró — não estão preparados para absorver esses excedentes".

Tardiamente ou pelo menos somente agora bem intensionadamente encarado, esse enfoque traduz a realidade teórica da questão urbanística de Natal, com a atenuante de que, em nossa cidade, o problema tem dimensões mais abrangentes, em consequência das próprias limitações naturais, determinadas pela sua loca-

lização: Natal tem a forma bem aproximada de um triângulo e seu único sentido de expansão orienta-se para o sul, pois o rio Potengi, em cuja margem direita a cidade se desenvolve, é o principal óbice no sentido norte, sendo o Oceano Atlântico a sua fronteira ao leste.

Na época do envio do documento o Governo do Estado pleiteava, para ser executadas pela Prefeitura do Natal, obras que se destinavam à preservação das dunas e determinavam diretrizes, estratégias e programas de desenvolvimento urbano. No último caso, prevendo-se a ênfase que seria dada ao disciplinamento de uso do solo, zoneamento ocupacional e edificações.

Conseguido o beneplácito do Governo Federal, a Prefeitura já tem hoje assegurados Cr\$ 20 milhões, dos quais a primeira parcela — de Cr\$ 6,5 milhões — já foi liberada, tendo determinado como quatro os projetos que serão imediatamente atacados, visando o início da esperada era da urbanização de Natal. Apenas com uma diferença sem dúvida substancial: as quatro obras estão orçadas em cerca de Cr\$ 100 milhões, havendo por ora somente Cr\$ 20 milhões para iniciá-las.



Av. de Contorno desafogará o tráfego vindo da Ribeira

GALERIAS DA RIBEIRA — Quase tão antigo quanto o bairro da Ribeira, em Natal, é o problema que o acompanha e nunca foi resolvido: quando chove, toda a área fica alagada, advindo consequências graves, como acidentes de trânsito, congestionamento do tráfego, acúmulo de detritos nas ruas, diminuição do movimento comercial.

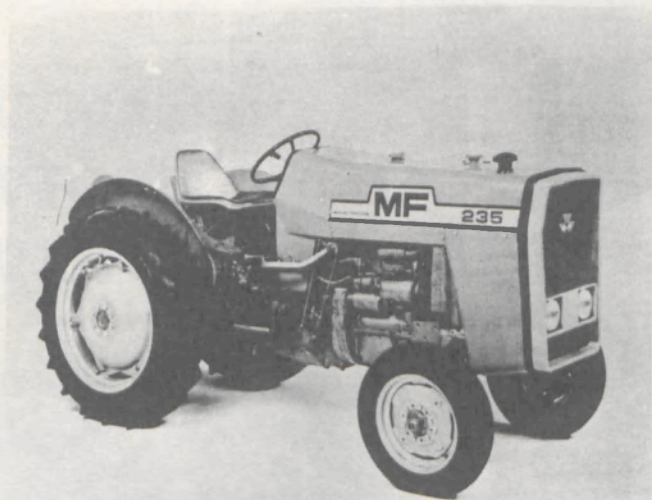
O projeto que a Prefeitura ora pretende executar tem o objetivo geral de eliminar essas enchentes perió-

dicas, prevendo a construção de galerias interceptadoras e um canal de drenagem, bem como a elevação das partes baixas, por intermédio de aterro hidráulico.

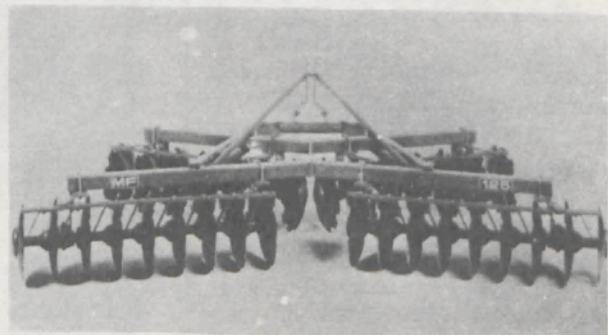
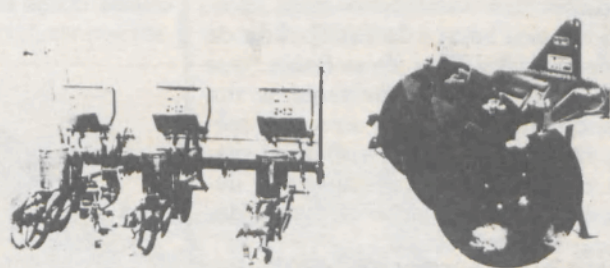
O assessor de Imprensa da Prefeitura, Jornalista Celso da Silveira, explica:

— “A filosofia do projeto considera a topografia e a hidrografia do bairro como aspectos indispensáveis à sua execução, sendo preciso realizar estudos de elementos cartogrâ-

COM A NOVA LINHA MASSEY FERGUSON ESTÁ CADA VEZ MAIS FÁCIL FAZER AGRICULTURA !



As melhores máquinas agrícolas são representadas por



JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

**MATRIZ: Rua Teotônio Freire, 283
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE**



Ribeira: um problema secular ainda sem solução

ficos e aerofotogramétricos de toda a área a atingir”.

Diz ainda Celso da Silveira que o projeto está armado de condições para enfrentar o grave problema da bacia, onde se localiza o bairro, e que não permite um escoamento franco das águas precipitadas na sua concha.

Porque está localizado na parte baixa da cidade, o bairro da Ribeira é inundado pelas águas pluviais dos bairros elevados, especialmente Cidade Alta e Petrópolis. O projeto delimita o setor de drenagem numa área de 241,90 hectares, divididos em duas zonas: 1) Zona Alta — que constitui um verdadeiro platô, formado pelos bairros de Petrópolis e da Cidade Alta e 2) — Zona Baixa, que tem a formação semelhante a um grande anfiteatro, com uma cota média situada ao nível das maiores marés do ano, e tendo sua maior depressão na interligação do bairro das Rocas com a Ribeira.

— “Por conta dessa topografia” — diz Celso da Silveira — “na época de chuvas as águas se escoam da Zona Alta para a Zona Baixa, aumentando seu volume nos encontros e provocando estragos em ruas e calçadas, devido à erosão. Concentram-se aí, então, as águas escoadas e as naturalmente juntas, por conta das chuvas no local”.

Forma-se, então o que o técnico José Leite de Melo, da Secretaria Municipal de Planejamento, considera o maior problema da situação:

— “A Ribeira não apenas drena as águas que caem sobre a planície

aluvionar” — diz ele. “Ela é o exutório de todas as águas da parte alta, envolvente do anfiteatro que recolhe as águas para ali convergentes”.

Ainda segundo o técnico, o velho sistema de galerias para drenagem, atualmente ainda existente, já está obsoleto pois nada resolve por ocasião das chuvas intermitentes, que incidem anualmente.

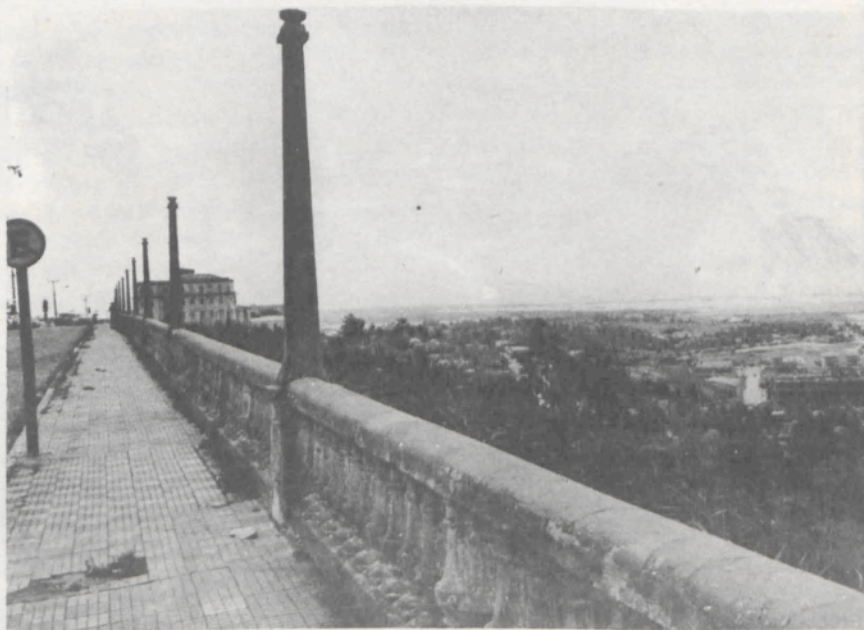
— “Um Plano Diretor de Drenagem” diz Geraldo José Leite de Melo — “deve se basear, fundamentalmente, no aproveitamento dos caminhos naturais da água e na criação de canais artificiais, rede de galerias e outras obras específicas, conforme a

melhor técnica aconselhável ao bom desempenho de uma política de desenvolvimento urbanístico integrado.

No caso da Ribeira, o projeto divide o problema em duas etapas: a primeira, para interceptar as águas que convergem da Zona Alta para a Zona Baixa, com a construção de galerias, e que funcionará da seguinte maneira: a superfície livre levará a uma câmara de carga a ser construída nas proximidades da escadaria da Rua do Sul e daí em diante, sob pressão, as águas são lançadas diretamente no rio Potengí, passando pela Travessa Aureliano — uma capacidade de 17 metros cúbicos de água por segundo. A segunda: feita a drenagem da bacia da Ribeira, será usado, quando possível, o escoamento por gravidade.

O projeto prevê ainda solução para a área que se encontra atualmente em contas mais baixas que o nível das maiores marés: um aterro que dará condições de lançar as águas no Canal das Rocas. Utilizando esse canal, serão construídos alguns afluentes, além de uma bateria de comportas automáticas, que funcionará em decorrência do movimento das marés.

A execução do projeto das Galerias Pluviais da Ribeira propiciará ainda melhoria considerável do aspecto urbanístico da cidade: será construído um mirante, nas proximidades da Rua do Sul e o Canal das Rocas será reurbanizado, o mesmo ocorrendo com a Praça Augusto Severo.



Av. Getúlio Vargas: Urbanização para o lazer

DESCRIÇÃO DO INVESTIMENTO

Sistema Interceptador

Coletores Principais.....	Cr\$	2.288.520,00
Vertedor Tulipa.....		561.648,00
Emissário.....		8.103.090,00
Sistema Independente.....		3.110.768,00
Total.....	Cr\$	14.064.026,00

Drenagem da Ribeira

Prolongamento Canal das Rocas	Cr\$	5.589.240,00
Construção de galerias.....		2.250.000,00
Elevação de áreas baixas.....		1.920.000,00
Total.....	Cr\$	10.009.240,00

AVENIDA BEIRA CANAL — A finalidade principal dessa avenida é oferecer uma opção para o tráfego procedente da parte sul do município e a ela destinado, tráfego feito hoje exclusivamente pela Avenida Salgado Filho. Criará uma nova via de penetração à cidade e oferecerá áreas de lazer à população.

O assessor de Imprensa Celso da Silveira detalha:

— “As Avenidas Hermes da Fonseca e Salgado Filho hoje atingem um volume de 40 mil veículos diários, em um só sentido. A Beira Canal, com passeios laterais e duas faixas de rolamento, separadas por um canal, terá uma extensão de 2.400 metros, percurso sem nenhum

cruzamento e com três viadutos, de construção também prevista”.

Começando praticamente às margens do rio Potengi, na rua Ocidental de Baixo (cruzamento com a futura Avenida de Contorno) a Beira Canal atravessará o Baldo, alcançará a Prudente de Moraes (nas imediações do SENAI) e daí irá até a Alexandrino de Alencar, próximo ao Quartel do Corpo de Bombeiros.

A descrição do projeto lembra que nos bairros do Tirol, Lagoa Seca, Nova Descoberta, Potilândia e Neópolis se localizam hoje doze conjuntos residenciais (um total de 7.790 casas) sem considerar as demais residências da área. Toda a população desses núcleos dependem exclusivamente

da avenida Salgado Filho para se comunicar com os bairros da Cidade Alta e da Ribeira, onde está localizada a grande maioria da estrutura do comércio e serviços do município.

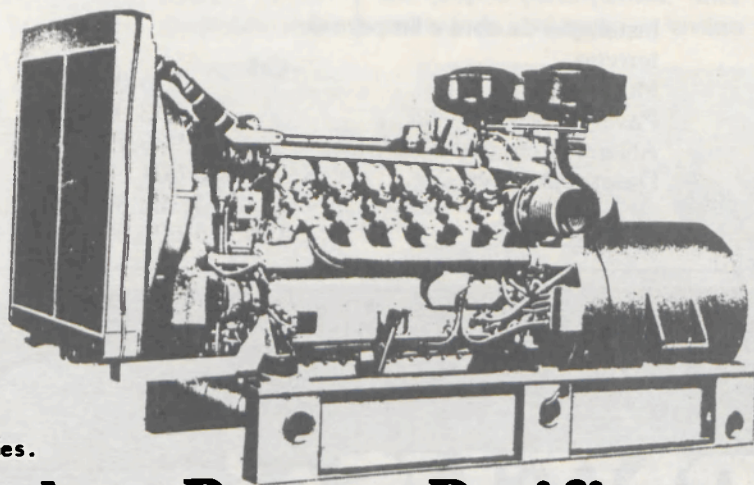
A implantação do projeto, permitindo a ligação da avenida Prudente de Moraes com a Avenida de Contorno, cria uma nova via de penetração à cidade, tendo em vista que a Prudente de Moraes se interligará com a BR—101 e a Avenida de Contorno (1ª etapa) permitirá um perfeito escoamento do tráfego da Ribeira ao Alecrim. A Prudente de Moraes, funcionando como espinha dorsal do Plano Viário, oferecerá condições de ligação com os bairros do Tirol, Lagoa Nova, Nova Descoberta, Potilândia e Neópolis.

Por outro lado, Natal se ressentirá de áreas verdes abertas ao público, com equipamentos de lazer, para atendimento à população de baixa renda. Ao ser elaborado o projeto, foi considerada de fundamental importância a absorção dessas áreas existentes, com a finalidade de ao mesmo tempo que garantir um pulmão verde à cidade, oferecer à população todo um complexo que possibilite lazer à população — parques infantis, cinema ao ar livre, áreas de *camping*, etc.

A montagem do projeto Avenida Beira Canal também leva em consideração a integração à estrutura viária de bairros populosos, carentes de serviços diversos, tudo com execução já assegurada pelo Banco Nacional de Habitação.

O MESMO VIGOR DE HÁ VINTE ANOS!

O seu carro, mesmo de modelo antigo, pode ter um motor tão vigoroso e econômico quanto o de um carro novo. CYRO CAVALCANTI tem modernas retíficas e máquinas auxiliares para operar essa transformação em motores Diesel ou a gasolina. E aceita motores para reparo ou troca, pelas melhores condições.



Cyro Cavalcanti Auto-Peças e Retífica

Av. Duque de Caxias, 170 — Ribeira — Fones 2-2234 e 2-2072

Cyrauto Peças e Retífica

Rua Dr. Mario Negocio, 1504 — Alecrim — Fones 2-3963 e 2-4830

DESCRIÇÃO DO INVESTIMENTO

Instalação da obra e limpeza do terreno.....	Cr\$ 315.000,00
Movimentação de terra.....	2.509.000,00
Pavimentação.....	8.055.500,00
Obras d'arte.....	13.000.000,00
Muretas e passeios.....	4.983.350,00
Desapropriações.....	21.135.150,00
Total.....	Cr\$ 50.000.000,00

RODOVIA DE CONTORNO — É também um dos mais antigos projetos de execução exigida pela cidade do Natal, como solução para os congestionamentos decorrentes da acumulação do tráfego de veículos que partem da Ribeira e das Rocas, no sentido do Alecrim.

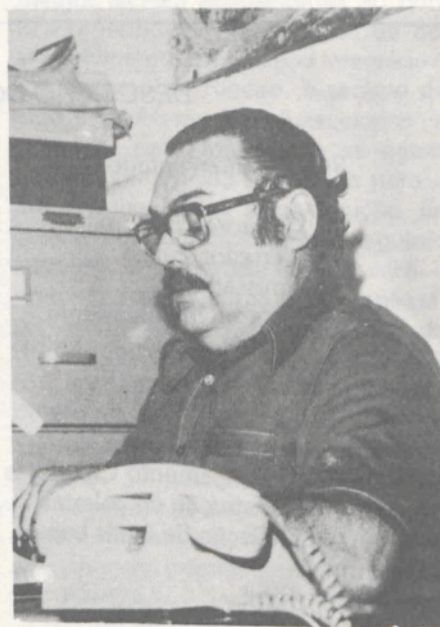
Uma solução que permitirá aos transportes pesados se desviarem do centro, completando, com a Avenida Beira Canal, a ligação entre as zonas norte sul da cidade.

Na sua primeira etapa, a Avenida de Contorno terá uma extensão de 1.250 metros, com faixa única de rolamento, de 18 metros, afora os passeios laterais. Partirá da Ribeira, margeando a estrada férrea da Rede Ferroviária do Nordeste e leva em consideração os limites entre as dunas e o Rio Pontegí, que faz a cidade

adquirir a forma triangular, de que os dois maiores ângulos (os bairros do Alecrim e Tirol) tiveram um desenvolvimento que hoje pressiona toda a estrutura viária, uma vez que o número de imóveis, em 1976, é o dobro do existente em 1986.

Os próprios acidentes topográficos foram aproveitados no projeto: na Rodovia de Contorno serão construídos estacionamentos com muretas para contemplação da paisagem oferecida pelo Rio Pontegí e sua outra margem, passando pela Pedra do Rosário, já aceita como atração turística.

Uma etapa posterior do projeto permitirá a ligação do que se prevê com o presente projeto, à BR-101 — hoje com o seu Km 1 deslocado para o município de Touros, passando pelo bairro das Quintas.



Celso da Silveira: Explicando os projetos a serem atacados.

URBANIZAÇÃO DA AV. GETÚLIO VARGAS — Três finalidades principais tem a execução desse projeto: melhoria do tráfego, proteção da encosta e criação de áreas de lazer, na Avenida Getúlio Vargas. O tráfego será melhorado com o alargamento da avenida. A encosta será protegida com um melhor tratamento da vegetação e cinco mirantes serão construídos, para servir como ponto de descortínio de uma das mais belas paisagens naturais da cidade do Natal — as praias que se projetam abaixo.

Duas pistas de rolamento — com nove metros de largura cada uma — darão vazão ao fluxo do tráfego, no sentido de quem vai para praia ou volta de lá. A encosta, permanentemente ameaçada por ocupações indevidas (favelas) poderá ser preservada com a construção dos mirantes, que permitirão aos natalenses e aos turistas a contemplação do cenário natural. Os dois passeios laterais terão 550 metros de extensão.

DESCRIÇÃO DO INVESTIMENTO

Instalação da obra e limpeza do terreno.....	Cr\$ 515.000,00
Movimento de terra.....	1.093.338,40
Pavimentação.....	3.966.794,00
Alvenaria em pedra.....	6.601.250,00
Desapropriações.....	4.323.617,00
TOTAL.....	Cr\$ 16.600.000,00

PNEUS só com 

PROFIED VAI FORMAR EXECUTIVOS DENTRO DE NOVO SISTEMA DIDÁTICO

Com o objetivo de criar uma rede de executivos capazes de impulsionar o processo de desenvolvimento do Estado, no setor público ou no privado, está sendo implantado em Natal o PROFIED — Programa de Formação Integrada de Executivos. Cursos, seminários, pesquisas experimentais, perseguindo uma metodologia pioneira no processo de auto-formação, são metas desse sistema, resultado de pesquisas encomendadas pela UNESCO e que no Brasil se implanta pioneiramente em nosso Estado.

Trata-se, sem dúvida, de um programa ambicioso, à parte a sua importância intrínseca, e de cujos resultados o Rio Grande do Norte será um feliz depositário: está sendo implantado em Natal o Programa de Formação Integrada de Executivos, que “objetiva formar uma rede interdisciplinar de executivos eficientes e sobretudo preparados para o futuro, tanto no setor público como no setor privado”.

A definição do objetivo geral do programa pode deixar vaga a sua finalidade precípua, mas não é difícil se entender a filosofia e a intenção dos cursos e seminários que já começaram a ser promovidos e continuarão, com maior intensidade, a partir de junho, visando ao decisivo crescimento sócio-econômico do Estado, através da preparação de uma elite dirigente, selecionada nos setores público e privado.

O PROFIED — Programa de Formação Integrada de Executivos para o Desenvolvimento — é resultado de um convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (através do PNTE — Programa Nacional de Treinamento de Executivos) e Governo do Estado, tendo como órgão executor a Fundação José Augusto, através do seu Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

— “A Metodologia FIED” — diz

o professor José Bezerra Marinho Jr., coordenador geral do programa e diretor do Centro de Recursos Humanos da FJA — “parte de alguns pressupostos, levantados por duas pesquisas internacionais, uma da UNESCO — de que resultou o Relatório Faure — e outra do Instituto Battelle, de Genebra”.

A última dessas pesquisas cobriu 127 instituições de formação de dirigentes em 27 países (inclusive o Brasil) e as duas chegaram a conclusões comuns: 1) a formação de dirigentes atualmente está muito ligada ao tipo clássico de formação das universidades; 2) o tipo clássico de formação não oferece condições reais

de aproveitamento do ensino, restringindo-se apenas à transmissão de técnicas e modelos; 3) não existe atualmente, nos órgãos de formação de dirigentes, a preocupação de formar, com vistas à mudança de comportamento, determinada pelo próprio aceleramento do nosso tempo; 4) é necessário se dar ao dirigente moderno um tipo de informação apta a formá-lo, não apenas para o presente, mas ajudando-o a se projetar para o futuro.

— “Afora tudo isto” — diz José Marinho — “também constatou-se que não existe preocupação de dar aos grupos participantes, uma *visão sistemática*, ou seja: o ensino con-



Dois cursos já realizados: um para Administração de Universidades, outro para Capacitação Técnica.

vencional nunca tentou explicar, por exemplo, o grau de interdependência de certas disciplinas ministradas. E isto faz com que as pessoas tenham uma idéia setorializada, estanque, do conhecimento que lhe é proposto”.

Assimilando formas difusas, os formados levam para a vida prática todos os vícios da aprendizagem e, na hora de tomar decisões, deixam de entender os problemas de forma integrada. E decidem sem ter visão de conjunto.

Estas constatações deram origem à metodologia FIED que agora está sendo implantada pioneiramente em Natal, graças aos esforços empreendidos pelo Prof. Sanderson Negreiros Presidente da Fundação José Augusto, órgão executor do Programa.

DE OBJETO A SUJEITO — O PROFIED tenciona criar uma rede de executivos que impulsionem o processo de desenvolvimento, realimentando de informações os órgãos de governo, por exemplo, quanto às repercussões no ambiente de um plano de ação, de um plano de desenvolvimento.

A metodologia FIED, por seu turno, almeja formar para a mudança e para a tomada de decisão, de maneira integrada e sistemática, levando o executivo a uma visão global de todas as variáveis incidentes em um problema. Busca ainda que os conhecimentos hoje adquiridos possam ser utilizados eficazmente nas futuras necessidades com que ele venha a se defrontar.

Para que isso ocorra, o sistema adota: 1) o processo de auto-formação integrada e permanente, através do qual o interessado participa ativamente dos ensinamentos, passando de objeto a sujeito de formação; 2) procedimento de abordagem ou técnicas de identificação e solução de problemas.

São de dois tipos os projetos a serem desenvolvidos: de Pesquisa e de Formação.

Dentro dos primeiros, o PROFIED está desenvolvendo estudo comparado sobre órgãos e sistemas de formação, no Nordeste e uma pesquisa experimental sobre Metodologia de Acompanhamento do Processo Auto-Formativo. A primeira pesquisa é feita em nova cidade, atingindo 210 órgãos ou programas e cada unidade pesquisada fornecerá 73 informações diversas. O produto

final será um cadastro e um catálogo dos órgãos e sistemas de formação, na região, além de monografias sobre alguns dos sistemas pesquisados. Isto porque as informações que se tenha sobre esses, órgãos, possibilitarão uma análise e controle de resultados que servirão às próprias instituições. Depois, as informações obtidas deverão contribuir fundamentalmente para a melhoria da eficiência do processo de Auto-Formação.

Dado o seu caráter de pioneirismo, esse processo será acompanhado de uma pesquisa experimental sobre Metodologia de Acompanhamento. Trata-se de um trabalho que se caracteriza como *pesquisa-ação*, se desenvolvendo durante todo o desempenho do PROFIED. Objetiva, ao tempo em que oferece subsídios e fundamentação, à aplicação da metodologia FIED receber, da experiência prática, novos insumos a serem estudados.

Uma outra pesquisa está para ser iniciada, tratando do Sistema de Informação Sobre o Mercado de Executivos no Nordeste.

— “Este será um trabalho de duplo alcance” — diz José Marinho Jr. — “pois vai definir as oportunidades de absorção desse tipo de profissional e, simultaneamente, detectar o potencial de oferta do mercado regional. O resultado desse tra-

balho será extremamente importante, tanto para as entidades da área pública quanto da empresarial, que poderão conhecer, através dos dados coletados, os recursos disponíveis, o nível e carências do setor”.

SEM EXIGÊNCIAS — A grande preocupação do Sistema PROFIED é ensinar *como fazer*, não sendo dado em nenhum instante doutrinação teórica, distanciada da realidade.

— “O indivíduo não será entendido distante da realidade, mas será considerado dentro do seu universo de trabalho” — diz o coordenador — “e os problemas discutidos, estudados e analisados por ocasião dos cursos, serão problemas do dia-a-dia da vida de qualquer organização”.

Também não será exigido, para participação nos cursos, nível superior ou graduação. A preocupação fundamental será a mobilização dos conhecimentos adquiridos no trabalho, nas experiências pessoais, objetivada numa eficiente metodologia prática de aprendizagem para adultos.

Diz José Marinho Jr.

— “Parte-se do pressuposto de que, por exemplo, o dirigente de uma empresa possui um manancial invejável, profundamente rico, de experiências vivenciais, no dia-a-dia de sua empresa. Esses conhecimen-



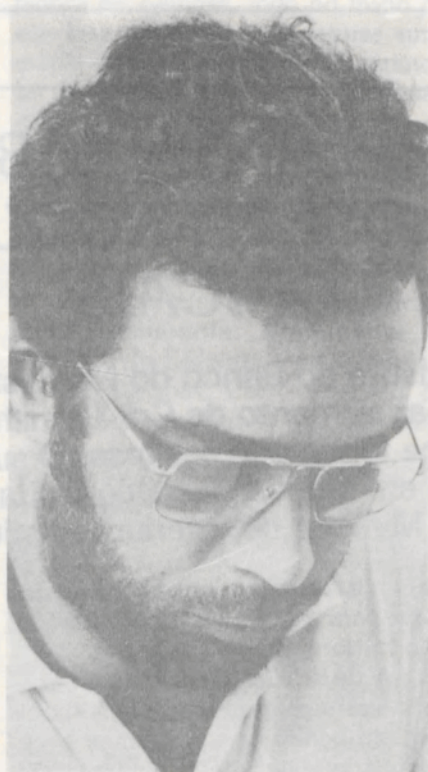
Reitor Domingos Gomes de Lima quer outros cursos para a UFRN

tos serão trabalhados nos cursos, possibilitando ao empresário uma visão mais ampla, operacional e integrada, de sua realidade”.

Tendo iniciado sua atuação no Rio Grande do Norte em novembro de 1975, o PROFIED já realizou, na área de Formação, dois cursos. Um primeiro, de Aperfeiçoamento em Planejamento de Administração de Universidades, foi realizado de 10 a 14 de março de 1976, destinado à administração superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ao final, o Reitor Domingos Gomes de Lima solicitou a realização de curso idêntico, para outros níveis da Universidade.

O segundo curso, realizado de 5 de abril a 7 de maio último, foi de Capacitação Técnica para o sistema estadual de Planejamento, tendo sido treinados 27 elementos, que foram absorvidos pelo próprio Estado.

Segundo o professor José Marinho Jr., o PROFIED tem recebido constantes solicitações para realização de cursos em várias instituições da



José Marinho Jr. Coordena o PROFIED no Estado.

região, já em função dos resultados obtidos com as suas experiências iniciais.

Em julho próximo, será realizado em Natal o Seminário de Estratégia Empresarial, destinado à alta direção de empresas. Trata-se de um convênio com a Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais. Para o mês de agosto, está prevista a realização de um Curso para Coordenadores Gerais, das diversas Secretarias de Estado.

— “Em tudo isto” — diz o coordenador geral do Programa — “tivemos o apoio decisivo do Governo do Estado, que desenvolveu todos os esforços, para trazer o PROFIED até o Rio Grande do Norte, considerando-se que ele era disputado por centros maiores, inclusive Rio de Janeiro e São Paulo. E depois, temos contado com a sensibilidade do Secretário Executivo do PNTE, dr. Guilherme Dutra da Fonseca, que inclusive estará em Natal, quando da realização do Seminário de Estratégia Empresarial”.

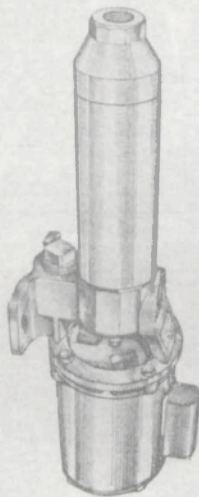


GALVÃO MESQUITA FERRAGENS SA

Matriz: Dr. Barata, 217/219

Câmara Cascudo, 210/216 (Galeria)

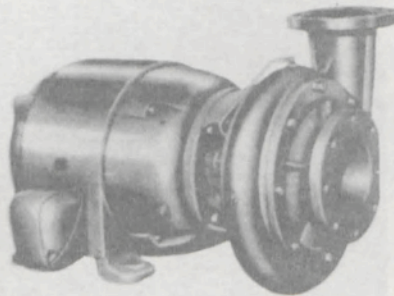
BOMBA MULTI ESTÁGIO HORIZONTAIS



PARA

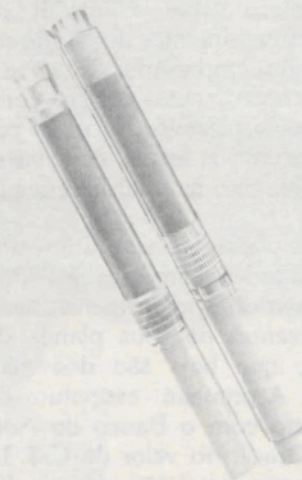
lavagem de veículos
estábulo
tratores
recalque em edifícios
reservatórios elevados
sistemas de prevenção de incêndios
sistemas “booster”

BOMBAS CENTRÍFUGAS DE USO GERAL



Projetadas para longa duração

BOMBAS SUBMERSÍVEIS



Capacidade d'água até 300 metros

INPASA IMPLANTA FÁBRICA DE CELULOSE E PRODUZIRÁ CONICAIS

O próprio presidente do Banco do Nordeste assinou o contrato de financiamento de Cr\$ 12 milhões, que a INPASA utilizará na fábrica de celulose. O superintendente da SUDENE levou em mãos a carta-consulta do projeto de expansão. O Ministro do Interior assistiu a tudo.

Nenhuma indústria do Rio Grande do Norte viveu o seu dia, este ano, de maneira mais efetiva, festiva e prática do que a INPASA — Indústria de Papeis S.A. Se é verdade que tudo foi adremente preparado, para que houvesse felizes coincidências, mais certo ainda é que os eventos que a INPASA comemorou no dia da Indústria significam passos importantes dados não apenas na trilha do seu desenvolvimento, mas principalmente em prol do parque industrial do Rio Grande do Norte.

Para começar, estavam em Natal três autoridades que comumente não são vistas na cidade — e todas ligadas aos setores que fazem o desenvolvimento da região: o Ministro Rangel Reis, do Interior, o Superintendente da Sudene, José Lins Albuquerque e o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Nilson Holanda.

Depois, se encerrava naquele dia um seminário sobre o FINOR — Fundo de Investimentos do Nordeste, congregando empresários locais em torno de conferencistas que se compeziavam sobre os frutos da nova política de incentivos fiscais, com vistas ao financiamento às indústrias regionais.

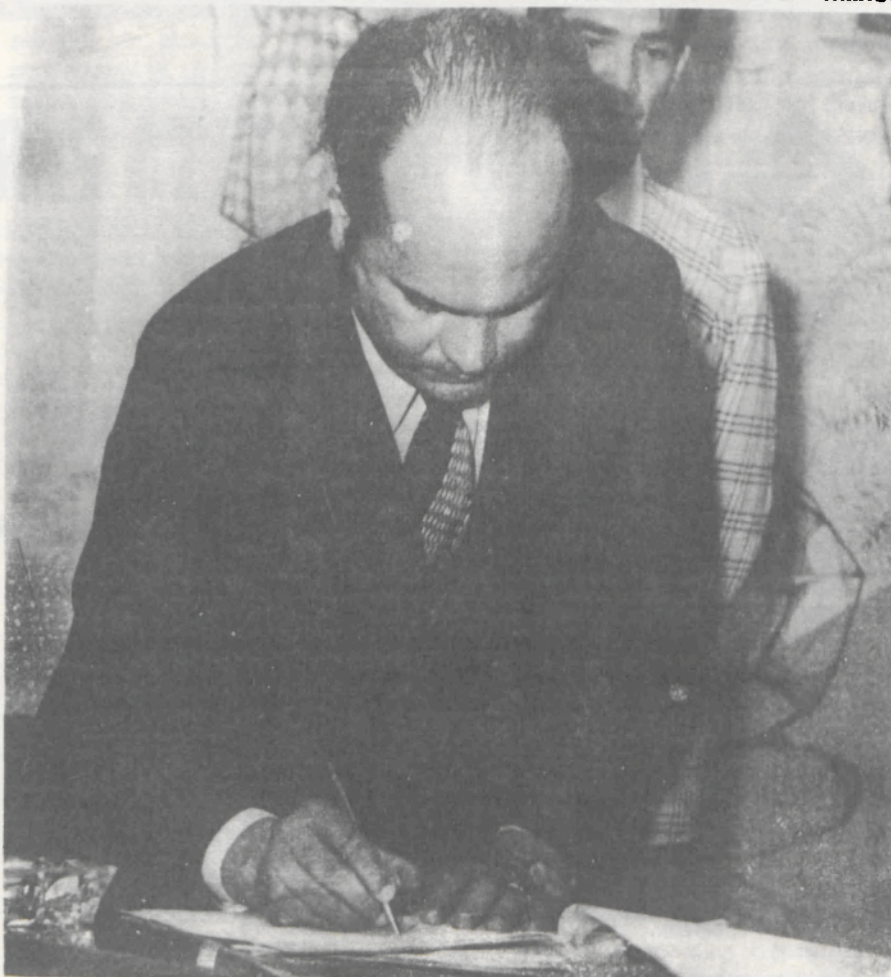
Em meio a tantos acontecimentos e personalidades marcantes, a INPASA efetivava duas importantes medidas decorrentes de seus planos de expansão, que hoje são dos mais evidentes. A primeira: assinatura de um contrato com o Banco do Nordeste do Brasil, no valor de Cr\$ 12 milhões, para instalação de sua fábrica de celulose. A segunda: entrega ao Superintendente da SUDENE de uma carta-consulta para um projeto de ampliação da fábrica de papeis,

que passará a produzir também conicais, para atender à indústria textil do Norte-Nordeste.

A FÁBRICA DE CELULOSE — Não era a primeira vez que a INPASA era beneficiada por banco oficial nem que sugeria à SUDENE benefício para uma pretensão baseada em patente viabilidade econômica. No segundo caso, o seu projeto piloto tornou-se realidade justamente

após a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste havê-lo aprovado. No primeiro, a empresa já conta com efetiva colaboração financeira do Banco do Brasil, para a implantação do projeto que redundou já no plantio de 400 hectares de bambu, na Fazenda Catamboeira, no município de São Gonçalo do Amarante.

O contrato de Cr\$ 12 milhões



**Augusto Carlos Garcia de Viveros assina
pela INPASA**

assinado pelos representantes da empresa (Augusto Carlos Garcia de Viveiros, Getúlio Batista da Silva Filho e Yasuchika Hori) e pelo presidente do Banco do Nordeste, vai possibilitar a instalação de uma fábrica de celulose, matéria de que se fabrica o papel ao lado da plantação de bambu — matéria prima da qual se fabricará a celulose. As obras físicas já foram iniciadas, diz Augusto Carlos Garcia de Viveiros e até maio de 1977 a produção começa, prevendo-se inicialmente se conseguir 12 toneladas/dia de celulose.

— “Será em maio do próximo ano, justamente” — diz Augusto Carlos — “que a plantação de bambu da Fazenda Catamboeira começa a ser cortada”.

A celulose produzida em São Gonçalo do Amarante, por seu turno será consumida pela fábrica de papel, situada em Eduardo Gomes, na produção de papel Kraft.

Para a nova fábrica, já foi adquirido equipamento no valor de Cr\$ 4 milhões — dos quais já foram pagos Cr\$ 1,3 milhão — à Ikemori S.A. Comércio e Indústria de Máquinas, de São Paulo.

A CARTA CONSULTA — Para ser discutida em breve assembléia geral do Conselho Deliberativo da SUDENE, o Superintendente José Lins Albuquerque levou a carta-consulta que propõe inversões da ordem de Cr\$ 8,9 milhões — projeto de expansão da fábrica de papeis de Eduardo Gomes, que possibilitará a produção de 336 toneladas/anos de conicais e igual quantidade de sacos de papel Kraft.

Atualmente, a INPASA — Indústria de Papeis S.A. produz 12 toneladas/dia de papel manilha e HD. Quando estiver utilizando a celulose que a INPASA Agroindustrial S.A. produzirá em São Gonçalo do Amarante, fabricará mais 10 toneladas/dia de papel Kraft, ficando a produção global em 22 toneladas/dia.

Na Fazenda Catamboeira estão plantados 400 hectares de bambu, mas a primeira etapa do projeto prevê se agintir 1.000 ha., partindo-se em seguida para uma segunda etapa de mais 1.000 ha.

Falando sobre o faturamento das empresas, o diretor Getúlio Batista da Silva Filho explica:

— “Atualmente, a fábrica de papeis de Eduardo Gomes fazura na faixa de Cr\$ 1,2 milhões mensais. A

fábrica de celulose, logo no início de sua fase produtiva, vai faturar uma média de Cr\$ 1,5 milhões. E quando for implantado o projeto de expansão da primeira, com a fabricação de conicais e sacos e papel, teremos mais Cr\$ 7 milhões anuais de faturamento, na unidade de Eduardo Gomes”.

Em termos de empregos diretos, a situação também se modificará substancialmente. Atualmente, a INPASA de Eduardo Gomes emprega 130 pessoas. Com o projeto de expansão, esse número crescerá para

152 e a fábrica de celulose, por seu turno, vai representar mais 50 oportunidades.

— “Tudo isto ocorrerá a médio prazo” — diz Getúlio Batista — “até o final do próximo ano, mas a consecução dessas metas não quer dizer que a INPASA vai parar. Enquanto houver mercado e possibilidade de atendermos a ele, poremos sempre a nossa capacidade de trabalho e o nosso esforço a serviço da expansão da nossa empresa e de dias melhores para o nosso sofrido Nordeste”.



O presidente Nilson Holanda assina pelo Banco do Nordeste



Visita às dependências da fábrica em Eduardo Gomes



guararapes

CONFEÇÕES GUARARAPES S.A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO — GEMEC/RCA - 200-76/97 - CGC. 08402.943/0001-52

RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

A Diretoria de CONFEÇÕES GUARARAPES S.A. apresenta e submete à consideração de V. Sas. o Relatório das atividades sociais referente ao exercício de 1975, acompanhado do Balanço Geral, da Demonstração de Resultados e de Lucros Acumulados, encerrados em 31 de Dezembro de 1975, bem como do Parecer do Conselho Fiscal e do Certificado dos Auditores Independentes, PRICE WATERHOUSE PEAT & CO.

As Vendas atingiram Cr\$ 416,9 milhões, o que representa um aumento de 29,2% sobre o exercício de 1974. O Lucro Líquido (após a provisão do imposto de renda) apresentou uma evolução de 24,3%, atingindo Cr\$ 84,6 milhões, o que corresponde a uma lucratividade de 20,3% sobre as Vendas.

Os lucros por Ação foram de 49,2% sobre o Capital atual de Cr\$ 172,1 milhões e 53,7% sobre o Capital médio do período.

A distribuição dos lucros, a ser proposta à Assembléia Geral, consistirá em uma Bonificação de 50%, em ações ordinárias, e um Dividendo de 6%, ou seja, Cr\$ 0,06 (seis centavos) por Ação.

O Capital Social da Empresa deverá atingir Cr\$ 258,1 milhões, mais Reservas no montante de Cr\$ 42,4 milhões, totalizando recursos da ordem de Cr\$ 300 milhões.

As Exportações no valor de Cr\$ 25 milhões, representaram 6% do Faturamento total.

Durante o exercício foram inauguradas duas novas fábricas, localizadas nas cidades de Mossoró (RN) e Fortaleza (CE), acrescendo 30.200 m² de edificações, aos 37.000 m², já existentes.

Os planos de expansão para o biênio 1976/77 incluem a construção de mais 28.000 m² de área coberta na Fábrica São Paulo, que adicionados aos 13.500 m² atuais, totalizará 41.500 m² de construções civis. O término desta obra, já em pleno andamento, está previsto para Dezembro/77.

Em decorrência da expansão de nossas atividades, o número de funcionários superou 4.800 pessoas. Com a inauguração das duas novas unidades surgirão maiores oportunidades de emprego, elevando, ainda mais, o alcance social da Empresa.

Agradecemos a valiosa contribuição de todos os nossos colaboradores e deixamos registrado os nossos agradecimentos à SUDENE, Governo do Rio Grande do Norte e Governo do Estado do Ceará, pelo apoio decisivo que sempre nos tem prestigiado.

NATAL (RN), 31 de março de 1976
A DIRETORIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

ATIVO		PASSIVO	
	Cr\$		Cr\$
DISPONIVEL		EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	
Bens numerais	148.306	Fornecedores	11.841.772
Depósitos bancários à vista	21.350.743	Imposto de renda	5.077.529
Valores negociáveis (Letras do Tesouro)	33.115.215	Impostos a recolher	8.338.102
		Instituições financeiras (Resolução 71 - Banco Central)	16.868.800
		Créditos Diversos	7.046.856
		Total passivo circulante	49.173.059
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Créditos		Imposto de renda	3.827.940
Contas a receber de clientes	166.048.138	Créditos diversos	23.158
(-) Valores descontados	41.225.064		
(-) Provisão para devedores duvidosos	3.320.963		
	121.502.111		
Outros créditos		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Depósitos compulsórios - Resolução 331	2.224.425	Capital subscrito e integralizado - ações ordinárias de Cr\$ 1,00 cada (Nota 2)	172.125.000
Impostos a recuperar	3.322.528	Reservas capitalizáveis	
Bens destinados a venda	731.890	Correção monetária do imobilizado	
Devedores diversos	2.541.846	Cr\$ 11.810.997 em 1975)	11.810.997
Estoques		Manutenção do capital de giro	39.319.974
Produtos acabados	18.874.771	Isenção do imposto de renda - Lei 4239/63	3.680.403
Produtos em elaboração	8.961.476	Reinvestimento - Decreto 55334/64	8.748.287
Materias primas	21.061.539	Reinvestimento - Decreto 6052/73 RN	9.003.061
Materiais diversos	12.951.407	Reserva de investimentos - Incentivos fiscais	3.129.519
Materiais em trânsito e outros estoques	4.618.149	Reserva legal	15.653.194
Total ativo circulante	196.790.142	Lucros acumulados (Quadro II)	37.138.455
	251.404.406		300.608.890
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		RESULTADO PENDENTE	
Depósitos para reinvestimento	2.966.100	Receitas diferidas	2.966.100
Depósitos compulsórios - Resolução 331	840.924		
Depósitos vinculados e outros créditos	188.876	COMPENSAÇÃO	
	3.995.900	Caução da diretoria	900.000
IMOBILIZADO		Títulos em cobrança	44.211.626
Imobilizações técnicas		Locação de terceiros	1.543.721
Imóveis	20.321.292		
Maquinários	17.539.696	Menos: compensação no ativo	46.655.347
Instalações	4.547.064		
Móveis e utensílios	3.950.474		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DE LUCROS ACUMULADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

	Cr\$	Cr\$
VENDAS		416.902.606
(-) Imposto sobre produtos industrializados		16.660.671
VENDAS LÍQUIDAS		400.241.935
Custo dos produtos vendidos		230.073.497
LUCRO BRUTO		170.168.438
RECEITAS DE INCENTIVOS FISCAIS	6.073.202	
Incentivos de exportação		
Redução do imposto sobre circulação de mercadorias	9.003.061	15.076.263
		185.244.701
DESPESAS COM VENDAS		
Comissões	19.013.594	
Imposto sobre circulação de mercadorias	23.027.925	
Provisão para devedores duvidosos (menos reversão de Cr\$ 3.955.196)	(634.234)	
Fretes e carretos	4.277.035	
Propaganda e publicidade	354.237	
Descontos sobre vendas	14.447.262	
Gastos com expedição de mercadorias	3.745.883	
Outras despesas	5.824.183	70.055.885
GASTOS GERAIS		
Despesas financeiras	10.138.499	
Despesas administrativas	12.807.549	
Honorários da diretoria	2.502.500	
Impostos e taxas diversas	269.169	25.717.717
DEPRECIACÃO (menos Cr\$ 868.004 absorvidos no custo dos produtos)		849.102
LUCRO OPERACIONAL		88.621.997
RENDAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		4.963.894
LUCRO LIQ. ANTES DO IMP. DE RENDA		93.585.891
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		8.905.469

Correção monetária	29.378.889	
(-) Depreciação acumulada	76.142.341	
Construções e importações em curso	63.591.364	
	25.655.720	
	89.247.084	
Imobilizações financeiras		
Aplicações por incentivos fiscais, ações de outras empresas e empréstimos compulsórios	10.890.930	100.138.014
RESULTADO PENDENTE		
Despesas diferidas	1.060.827	
	356.599.147	356.599.147

LUCROS ACUMULADOS		30.306.318
No início do Exercício		114.986.740
APROPRIAÇÕES		
Dos lucros do exercício anterior		
Aumento de capital	11.151.033	
Dividendos distribuídos	8.885.000	18.036.033
Dos lucros do exercício corrente		
Reserva legal	4.679.295	
Manutenção do capital de giro	39.319.974	
Isenção do imposto de renda Lei 4239/63	3.680.403	
Reserva incentivos fiscais - Decreto 6052/73		
RN	9.003.061	
Investimentos - incentivos fiscais (FINOR)	3.129.519	59.812.252
No fim do exercício (Quadro I)		37.138.455

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

NOTA 1 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os principais procedimentos contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras anexas, estão a seguir sumarizados:

(a) Apresentação das contas - Ativos realizáveis e passivos exigíveis até 180 dias estão demonstrados como a curto prazo.

(b) Provisão para devedores duvidosos - Constituída até o limite máximo admitido como despesa dedutível pela legislação do imposto de renda.

(c) Depósitos de incentivos fiscais pendentes de liberação - Nos termos do Decreto 6052/73 - RN a companhia goza, até o exercício de 1978, da redução de 48% do imposto sobre circulação de mercadorias. O montante equivalente à redução é depositado em conta bancária vinculada e considerado como receita diferida, sendo posteriormente transferido, quando das liberações, para as contas de resultado e procedida a apropriação dos lucros para constituição de reserva específica para aumento de capital. Essa receita está demonstrada como parte do lucro operacional. No exercício anterior era demonstrada como uma receita não operacional.

(d) Estoques - Demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o custo de reposição ou o valor de realização.

(e) Imobilizações técnicas - Demonstradas ao custo de aquisição ou construção mais correção monetária compulsória anual com base em coeficientes oficiais que refletem a correção de valores monetários até o ano precedente. A corre-

ção monetária é procedida e contabilizada nos termos da legislação pertinente.

A depreciação sobre o custo e correção monetária é computada pelo método linear e absorvida no custeio de produção ou diretamente nos resultados.

(f) Imobilizações financeiras - Demonstradas ao custo de aquisição, mais bonificações.

(g) Isenção de imposto de renda - Nos termos da Lei 4239/63 a companhia goza até 1978, inclusive, de redução de 50% do imposto de renda, devendo, todavia, constituir uma reserva pelo valor equivalente ao da isenção e utilizá-la em aumento de capital. As transações não contempladas pela redução estão sujeitas a taxa normal.

(h) Manutenção do Capital de giro - Constituída dentro dos limites da legislação em vigor e o montante apropriado dos lucros.

NOTA 2 - CAPITAL

No decorrer do exercício o capital foi aumentado por Cr\$ 57.375.000, tendo a integralização sido procedida da seguinte forma:

	Cr\$
Lucros acumulados	11.151.033
Reserva para manutenção do capital de giro	35.557.591
Correção monetária do imobilizado	2.644.410
Isenção do imposto de renda - (Lei 4239/63)	3.771.146
Redução de ICM	4.250.820
	<u>57.375.000</u>

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores
Confecções Guararapes S.A.

Examinamos o balanço geral das Confecções Guararapes S.A. levantado em 31 de dezembro de 1975 e a correspondente demonstração de resultados e de lucros acumulados do exercício findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria e de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil para as companhias de capital aberto, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Somos de parecer que o referido balanço geral e a correspondente demonstração de resultados e de lucros acumulados, demonstram fidedignamente a posição financeira da Confecções Guararapes S.A. em 31 de dezembro de 1975 e o resultado das operações do exercício, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

Contador Responsável
Carlos de Souza Carvalho
CRC-RS-9314-S-SP-101
CRC-RS-9314-S-RN
GEMEC-RAI-72-016-FJ

São Paulo, 31 de Março de 1976
PRICE WATERHOUSE PEAT & CO.
CRC-SP-160-S-RN
GEMEC-RAI-72-016-PJ

Natal, 15 de Março de 1976

NEVALDO ROCHA
Presidente

BENEDITO CLAYTON VERAS ALCÂNTARA
Vice Presidente

HÉLIO DE ALBUQUERQUE ARAGÃO
Vice Presidente

NELSON ROCHA DE OLIVEIRA
Vice Presidente

PAULO FERREIRA MACHADO
Diretor Financeiro

FRANCISCO NÉLIO FERREIRA DO MONTE
Diretor Comercial

NILSON ROCHA DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo

LUPÉRCIO SILVA DE MENEZES
Diretor Industrial

RAIMUNDO NONATO DA COSTA
Diretor Adjunto

NILZA PONTES MONTENEGRO
Técnica Contabilidade-CRC-873/RN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

A fim de cumpriram disposição legal a estatutária reuniram-se, nesta data, na sede social de Confecções Guararapes S.A., à Av. Bernardo Vieira, n.º 1535, nesta cidade de Natal, os membros efetivos do Conselho Fiscal da Empresa convocados para examinar o Relatório da Diretoria, o Balanço Geral e a Demonstração de Resultados e de Lucros Acumulados, tudo referente ao exercício

encerrado em 31 de dezembro de 1975. Observada toda a documentação relacionada com a matéria em exame, verificada a sua exatidão e a sua conformidade com as normas legais, decidiram, os abaixo assinados, recomendar à Assembléia Geral, a sua aprovação, fazendo justiça aos resultados obtidos no exercício de 1975.

Natal, 15 de março de 1976
José Resende Filho
Benivaldo Alves de Azevedo
Alicides Araujo

MOBRAL ABRE BALCÃO DE EMPREGOS COMPLEMENTANDO A ALFABETIZAÇÃO

O MOBRAL — RN, seguindo orientação nacional, instalou o seu Balcão de Empregos, inicialmente para encaminhar e em seguida treinar e encaminhar candidatos a empregos na indústria e comércio locais. Um empecilho, no entanto, foi de início encontrado: as pessoas que desejam um emprego não têm nenhuma qualificação profissional e a rigor não sabem fazer nada. Querem apenas se empregar.

Quando, diante dos resultados obtidos com a alfabetização, se resolveu transformar o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) numa espécie de agência de educação permanente — completando a educação do mobralense com o ensino do primeiro grau — outra medida urgiu, evidenciando cada vez mais a necessidade de tangenciamento da atividade do órgão: era plausível, também, que se cuidasse da profissionalização do mobralense, quando menos qualificando-o numa atividade que pudesse representar a sua integração no sistema de desenvolvimento do país. Ou que servisse como meio de sua sobrevivência.

Foi assim que já neste ano foi instituído o Programa de Profissionalização, dividido em três sub-programas (de Testagem e Orientação Profissional, de Treinamento Profissional e de Colocação de Mão de Obra) cada um com projetos específicos.

No Rio Grande do Norte, atualmente, estão se desenvolvendo dois projetos: o de Treinamento Profissional e o Balcão de Empregos, o último para orientação, encaminhamento e colocação, em empresas do Estado, de candidatos a empregos.

Senão a nível nacional, pelo menos no Rio Grande do Norte existe uma variante do problema da falta de empregos e de qualificação de mão-de-obra: aqui, a indústria têxtil é a que oferece mais oportunidades, preferindo o elemento feminino, quando é de homens o maior número de desempregados. Mesmo assim, o ele-

mento masculino que procura emprego não tem nenhuma qualificação. Depois, há o fato da Coordenação do Mobral no RN não poder se restringir apenas ao mobralense, quando vai atender às inscrições no Balcão de Empregos. E sob esse aspecto, a coordenadora estadual, Maria de Lourdes Guerra Vale, relembra:

— “Quando abrimos as inscrições no Balcão de Empregos, obviamente acenando para o recém alfabetizado, os primeiros candidatos que apareceram foram universitários. O que prova a carência de empregos que sofremos. Logicamente, não pudemos



Maria de Lourdes Guerra Vale: “Todos querem emprego mas nada sabem fazer”

atender a esse pessoal, mesmo porque o tipo de empregos que propomos não se adapta a ele”.

Atualmente, existem 700 candidatos inscritos no Balcão, a grande maioria do sexo masculino, uma incidência muito grande na faixa etária entre 14, 21 e até 30 anos.

— “A falta de qualificação é ainda o grande entrave para se conseguir colocação para um candidato. Ninguém sabe fazer determinada coisa o que existe é uma urgente necessidade de um meio de sobrevivência” — diz Maria de Lourdes. “A realidade norterriograndense, por outro lado, nos obriga a atender não apenas ao mobralense, principalmente porque as próprias empresas forçam a discriminação: entre um candidato que tem o 1º grau e um somente alfabetizado, elas preferem o primeiro. E ainda se vangloriam de que, entre o seu pessoal já fixado, existem os que se preparam para fazer vestibular”.

TREINAMENTO PARA EMPREGAR — Concomitantemente ao encaminhamento de candidatos a empregos — no caso dos pretendentes possuírem alguma qualificação — a Coordenação do Mobral—RN desenvolve o projeto de Treinamento Profissional, através de convênios assinados com várias entidades executoras, como a LBA, SESC, ANCAR, SENAI, ESAM (em Mossoró), para cursos financiados pelo PIPMO. Há também um convênio, a nível nacional, com a Massey-Ferguson do Brasil, para treinar 480 tratoristas no Rio Grande do Norte, de um total de

40.000 em todo o território nacional. Esse convênio surgiu tendo em vista a necessidade de qualificação dessa mão de obra em todo o País.

Para o mês de julho, está previsto o início de vários outros cursos, para atender ao pessoal do setor primário, com vistas a formar especialistas em técnicas agrícolas para a melhoria do plantio, cultivo e colheita de milho, feijão, arroz. São convênios assinados com a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) que também prevêem especialização de vacinadores de gado.

“Já realizamos sondagem para descoberta de interesses” — diz Márcia Maria de Sá, agente de Profissionalização da Coordenação local do Mobral — “junto a cooperativas agrícolas, proprietários rurais, sindicatos e outras entidades de classe”.

Informa ainda Márcia Maria que até hoje o Balcão de Empregos encaminhou, em Natal, Mossoró e Caicó, 145 pessoas para empregos diversos, das quais estão 103 colocadas. O programa tem tido boa receptividade, da parte das empresas, com ressalvas justificadas. Em Natal, há pessoal colocado na Confecções Alpargatas do Nordeste, Sparta S.A. Confecções, Construtora Seridó e Confecções Reis Magos. Em Mossoró, na Itapetinga Agro-Industrial, Indústria de Calçados Misomar, Paulirmãos Comércio S.A., Lucas Pi-



Márcia Maria de Sá: “É difícil colocar o elemento masculino”.

res S.A. Indústria e Comércio, Transportadora Mossoró e FITEMA - Fiação de Tecelagem Mossoró S.A. Em Caicó, Café Bangu, Tefon S.A., Jefferson Maynard, José Modesto de Araújo e Construtora Omar O'Grady.

— “Atualmente temos 700 candidatos inscritos” — acentua a agente de Profissionalização — “e a grande dificuldade é colocar o elemento masculino. As mulheres podem ser

encaminhadas tranquilamente às fábricas de confecções, mas os homens, conquanto se inscrevem para determinados empregos, não possuem a mínima especialização. Eles querem trabalhar como serventes, balconistas, eletricitas, auxiliares de pedreiro, motoristas, mas no ato de inscrição deixam claro que podem fazer qualquer serviço. Embora, na realidade, são saibam fazer nenhum”.

A EMPREGADA DOMÉSTICA

— Especial atenção tem sido dada pelo Projeto de Treinamento Profissional à empregada doméstica. Já foi feita uma experiência com empregadas do conjunto residencial Mirasol, trabalho conjunto do Mobral e do Serviço Social do INOCOOP. Trinta e duas mulheres foram treinadas e esclarecidas, no último caso com relação à previdência social, se estendendo os esclarecimentos às próprias patroas.

— “A empregada doméstica, hoje, ainda é muito explorada” — diz Maria de Lourdes Guerra Vale. “A sua profissão é muito desvalorizada e por isto ocorre a fuga: a mulher prefere até ganhar menos, em outra atividade, do que se sujeitar a trabalhar como doméstica. As patroas, por outro lado, têm medo de assinar a carteira profissional da empregada, com medo de futuras exigências trabalhistas”.

AS EMPRESAS E O IBGE REALIZANDO OS CENSOS ECONÔMICOS 1976

Para minimizar essa situação, o Mobral—RN, além dos cursos de especialização prática, que serão dados com colaboração da Escola Doméstica, e que de principio atingirão 100 empregadas — vai ministrar também uma parte teórica, sobre previdência social, higiene e saúde. A meta desse programa é atingir 500 empregadas e suas respectivas patroas.

— “As patroas são também muito desinformadas com relação a vários assuntos” — diz a coordenadora do Mobral — “e principalmente com relação à assinatura da carteira profissional, iremos esclarece-las convenientemente. O primeiro curso começa em agosto e os seguintes logo que se avalie os resultados do primeiro”.

OUTRAS ATIVIDADES — Attingindo os 150 municípios do Rio Grande do Norte com o programa de alfabetização, o Mobral—RN até o primeiro semestre de 1975 havia alfabetizado 162.506 pessoas. O custo de cada aluno/programa (do 1º ao 5º mês, período de alfabetização) é Cr\$ 45,00 e o repasse financeiro é feito diretamente da Coordenação Central às Comissões Municipais, sem interveniência da Coordenação Estadual. Para o primeiro semestre de 1976, estão conveniados 62.000 alunos, o que equivale à aplicação de Cr\$ 2.790.000,00 mas a meta para o nosso Estado, estabelecida pelo Mobral Central é de 188.000 alunos.

O Programa de Educação Integrada, que possibilita ao órgão continuar assistido ao mobralense, findo o período de alfabetização pura e simples, prevê para julho próximo a aplicação de um convênio com o Projeto Rondon, através do qual 255 universitários de Natal, Mossoró e Caicó (predominância da área Humanística) farão levantamento e recrutamento de analfabetos, com vistas aos próximos programas.

— “Ainda dentro da perspectiva da Educação Permanente” — diz Maria de Lourdes Guerra Vale — temos o programa Cultural, que consta de nove subprogramas: Literatura, Teatro, Música, Arte Popular, Folclore, Conservação de Recursos Naturais, Patrimônio Histórico, Rá-

dio, Publicações, Artes Plásticas”.

Até julho, será realizado o II Encontro Regional de Bandas de Música, dentro desse programa, reunindo bandas da região Oeste. Em setembro, em Mossoró, haverá o I Encontro Estadual dessas bandas, a melhor das quais participará no mesmo mês do encontro nacional, no Rio de Janeiro.

Ainda no setor cultural, o Mobral—RN mantém convênio com a Universidade, para apresentações do grupo teatral TONUS, em todo interior do Estado. No ano passado, a

peça *A Pena e a Lei*, de Ariano Suassuna, foi representada em 79 municípios.

— “Quanto ao Programa de Educação Integrada” — diz a coordenadora — “equivalente às quatro primeiras séries do 1º grau, está funcionando no Estado através de convênio com a Secretaria de Educação do Estado e com as secretarias dos municípios. Hoje, temos 5.000 alunos em 44 municípios e em 1975 foram formados 7.800, dos quais 80% continuam a estudar, frequentando o ginásio regular ou o ensino supletivo”.



**Ao mecanizar
sua lavoura,
não compre só
meio trator.**



CATERPILLAR
Caterpillar, Cat e D são marcas de Caterpillar Tractor Co.
Nossas máquinas constroem estradas perfeitas.
Quem as faz seguras é você. Dirija com cuidado.



NATAL - R. G. do Norte
Trav. das Donzelas, 311

J. PESSOA - Paraíba
BR - 101, n.º 235

FORTALEZA - Ceará
Rua Castro e Silva, 294/8

marcosa s.a.
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

A moderna agricultura já chegou ao Brasil.
O governo financia o plantio, garante a plantação e facilita a compra de máquinas e equipamentos.
Mas você é quem garante o sucesso dos resultados.
E, para isto, você precisa de máquinas para todos os tipos de trabalhos.
De máquinas versáteis que desmatam, destocam, aram, subsolam, gradeiam, terraceiam, etc., mesmo sob a carga dos implementos mais pesados.
Pois apenas com máquinas que possam trabalhar muito, é que você poderá ampliar seus campos de cultivo, construindo também estradas, canais, açudes, barragens, enfim, todas as benfeitorias necessárias.
Para isso, os tratores D4D (76 CV) e D6C (142 CV) são fabricados no Brasil.
Eles cumprem, realmente, tudo que prometem. Venha vê-los no Revendedor Caterpillar mais próximo de sua cidade.
E conheça as máquinas dos grandes sucessos.

COMÉRCIO DE LIVROS CRESCE E CONCORRÊNCIA NÃO AFETA VENDAS

Em menos de um ano, o mercado de livros em Natal, então considerado saturado, se revigora, inclusive com a abertura de novas livrarias. Hoje, num mesmo quarteirão, pelo menos três grandes lojas de livros disputam uma faixa do mercado antes dominada pela tradicional Livraria Universitária. E, ao contrário de um ano atrás, atualmente tanto elas como as demais estão se dando bem.

Em menos de um ano, o tranquilo, pacato e pouco atraente mercado livreiro de Natal entrou numa saudável convulsão e as perspectivas até então traçadas para o setor se inverteram radicalmente. Curiosamente, num tempo relativamente curto — e exatamente quando o tom geral, mesmo em outras especialidades normalmente mais vigorosas, é a crise — as previsões dos principais livreiros se tornaram bem otimistas, embora a concorrência tenha se acirrado a ponto de agitar a busca pelas maiores fatias do mercado, inclusive com a adoção de técnicas de "marketing" e promocionais.

O dado fundamental para ilustrar a nova posição do mercado livreiro em Natal é o surgimento de uma nova livraria — a *Encontro* —, cuja disposição e confiança podem ser aferidas pelas suas próprias instalações na Avenida Rio Branco: modernas, amplas e petulantemente próximas às duas que dominavam o setor — a *Opção* e a tradicional *Universitária*.

Essa súbta revolução mercadológica, contudo, não se processou aleatoriamente, segundo se deduz das explicações dos livreiros. Em seu bojo está a política agressiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e em escala menor, a proliferação e popularização dos Cursos Supletivos. É ainda uma causa de certo modo inusitada, conforme a explicação de Luis Damasceno, da livraria *Encontro*:

— Nas épocas de crise, de aumento do custo de vida, cresce a procura de livros para-místicos, sobre

espiritismo e mesmo de literatura em geral. É uma maneira de tentar escapar à dura realidade, uma fuga.

O ESQUEMA DE CADA UM — Além das filiais pelo Alecrim — e uma na Ribeira — a *Waldup* (Livraria Universitária) — aparentemente não teme a concorrência que cresceu bastante, nos últimos meses. Quase de frente de sua matriz na Avenida Rio Branco, surgiu a sofisticada filial da *Opção*, disposta a uma disputa por igual, no centro da cidade. E há



Luis Damasceno: "As crises forçam leitura de livros místicos".

menos de dois meses apareceu a *Encontro*, também no mesmo quarteirão e com igual disposição. Portanto, três livrarias, praticamente no espaço, no centro da cidade, todas confiando plenamente num mercado que, há cerca de um ano, estava "saturado".

— O fato é que o mercado cresceu. — afirma Gilson Pereira, da Universitária, algo surpreso mas evidentemente animado — A população escolar cresceu. O colégio "Anísio Teixeira", por exemplo, voltou a funcionar. Surgiram mais cursinhos para o vestibular e os supletivos. E a Universidade está aí, sempre ampliando o número de vagas e com novos cursos.

Gilson Pereira procura manter uma certa indiferença diante do surgimento da concorrência mais significativa num mercado que, antes, era dominado tranquilamente pela *Waldup*. Contudo, faz questão de ressaltar a posição de sua firma, com a seguinte explicação:

— Temos uma tradição de 29 anos no mercado livreiro de Natal. Dominamos pontos estratégicos da cidade — no Alecrim e na Ribeira. Tanto professores da antiga como da nova geração nos dão apoio. Por isso, até o momento não sofremos qualquer abalo. Mas, é claro, a concorrência está existindo.

Do lado da *Opção*, o seu Diretor-Presidente José Pereira acredita que o mercado livreiro de Natal comporta perfeitamente o atual número de livrarias.

— Não há perigo de saturamento. — afirma, enfático e chega e

acrescentar um elemento mais desconcertante — Pelo contrário: parece que essas concorrências anima mais o mercado e o amplia.

Esse entusiasmo, no entanto, não esconde a visão que a Opção tem da situação do mercado livreiro da cidade em função da posição da concorrência. Assim, a livraria procura ocupar sempre espaços não devidamente preenchidos, numa tática para evitar uma disputa frontal. É, inclusive, uma das poucas casas desse tipo que entregou a sua divulgação a uma agência de publicidade — a *Dumbó*.

— Nós acreditamos — diz José Pereira — na força da publicidade. Somos uma livraria diferente nesse e em outros aspectos.

Tem, também, um método de trabalho, que é o de diversificar o mais possível a sua linha de vendas, particularmente no que se refere ao livro técnico.



José Pereira: "Acreditamos na publicidade".

AS OUTRAS ARMAS — Conclui-se, por outro lado, que, embora cada um procure manifestar uma certa indiferença pelo concorrente, há estratégias pré-estabelecidas. A Universitária, por exemplo, não confia só na tradição. No momento, procura motivar o público com a promoção de lançamentos de livros com a presença dos seus autores e continua na prática da Feira do Livro.

— E procuramos sempre oferecer melhores preços, Enfim, a nossa estabilidade é uma garantia e, por isso, não sofremos qualquer abalo. — garante Gilson Pereira.

Nesse contexto, insere-se a livraria Encontro. Com menos de dois meses de existência, ela parte com muita fé para disputa do mercado baseada, particularmente, no conhecimento que dele tem um dos seus proprietários, Luiz Damasceno, que trabalhou por vários anos na Opção e afirma ter contribuído bastante para organizar a sua estrutura. Para começar, a livraria Encontro nasceu da inabalável fé de Damasceno no mercado livreiro de Natal. Daí que ele conseguiu sensibilizar duas pessoas não diretamente ligadas ao ramo para a formação da sociedade — uma delas lida com agro-pecuária, Edmundo Cabral. O terceiro sócio é Nássaro Antonio Nasser.

— Temos a nossa estratégia e uma programação a cumprir. — diz o confiante Luiz Damasceno.

E essa estratégia se centra, basicamente, no desejo de atuar onde os concorrentes se mostrem mais reticentes.

— Nos empenhamos bastante no oferecimento de novidades e, daí, estamos sempre importando livros. Procuramos a especialização, queremos preencher lacunas. — afirma.

Mas, ao contrário da Universitária, que se escuda na tradição dos seus 29 anos e da Opção, que procura impor a sua marca, Damasceno e seus sócios querem conquistar o público com um relacionamento mais objetivo e direto.

— Introduzimos a prática de reunir clientes e leitores em geral todas as sextas-feiras, oferecendo batidas. Isso proporciona um contato mais direto, bate-papos sobre cultura, etc. — revela Luiz Damasceno.

E mais: a Encontro também está adotando o horário corrido, de 7h30m até às 20 horas, não fechando para o almoço.

— Com isso — explica — oferecendo condições a que as pessoas mais ocupadas (executivos, por exemplo) possam escolher seu livro de uma maneira tranquila. Desse modo, a própria livraria praticamente se transforma num lazer.

O crescimento da Universidade é apontado por Luiz Damasceno como um dos principais motivos da boa situação do mercado livreiro. A crescente especialização, no seu racio-



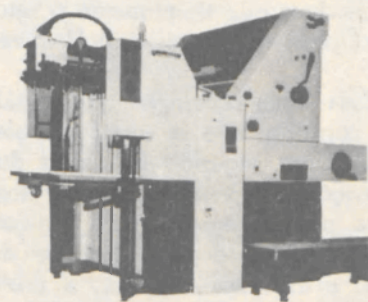
Gilson Pereira: Indiferença quanto aos concorrentes.

ínio, cria novas necessidades de leituras e amplia o universo editorial, que é forçado a se diversificar cada vez mais para atender à procura.

Crê, por outra parte, que é perfeitamente válida a sua tese sobre a ânsia de leitura para-normal por ocasião das crises econômicas e do aumento do custo de vida.

— Está aí a estatística para provar: a grande procura dos livros espirituais e de parapsicologia. O homem ainda encontra na leitura a melhor maneira de fugir da realidade.

Gráfica
RN-ECONÔMICO



Dez anos
na frente!



Simples de comprar.

É o carro de menor preço no mercado automobilístico e paga as menores taxas de licenciamento e seguro. No seu Revendedor Autorizado, você pode comprar o seu Fusca. À vista ou com um plano de financiamento que atenda às suas conveniências.

MARPAS S. A.

Av. Tavares de Lira, 159

Distribuidora de Automóveis Seridó S/A

Av. Salgado Filho, 1669 - Fone 2-2147



Revendedor
Autorizado



QUEIROZ OLIVEIRA E **PIRELLI** LANÇAM UMA BARREIRA CONTRA O FOGO

O maior lançamento imobiliário do ano:
a novíssima linha de fios e cabos Pirastic ANTICHAMA.
Indispensável em toda construção,
principalmente em prédios de escritórios
e de apartamentos para evitar a propagação do fogo
através das instalações elétricas.

A eficiência de Pirastic ANTICHAMA Pirelli
é comprovada inclusive por órgãos oficiais
da Itália, Inglaterra e pelas normas do
"Vertical Tray Flame Test" dos Estados Unidos.

Mais um lançamento de confiança.
Mais segurança para a sua construção.



QUEIROZ OLIVEIRA

CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI

Av. Rio Branco, 185 - Ribeira PABX 222-2056